

ADVIR

ASDQWERJ



ADVIR É UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASUDERJ ANO 1 - Nº ZERO - AGOSTO DE 1992. A ILUSTRAÇÃO DE CAPA, FEITA ESPECIALMENTE PARA ESTA EDIÇÃO, AUTORIA DE PEDRO SIQUEIRA, É A EXPRESSÃO PLÁSTICA DA INTENÇÃO QUE NOS IDENTIFICA NO DESEJO PELO DESEQUILÍBRIO, NA CONVIVÊNCIA COM O DIFERENTE, NO DIÁLOGO COM O OUTRO.

EM PERSPECTIVA: O REGIME DE TRABALHO DOCENTE

EM QUATRO ARTIGOS, UM DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PROFESSORES DA UERJ

COLÉGIO DE APLICAÇÃO: A VERSÃO QUE A IMPRENSA NÃO CONTOU

PRODUÇÃO CULTURAL NA UNIVERSIDADE: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

Sumário

EDITORIAL	3
EXPEDIENTE	3
ENTREVISTA	4
Dois representantes da nova geração de professores da Uerj explicam a sua opção pela universidade.	
PONTO DE VISTA	7
Três artigos. Um deles, assinado pelo professor do Instituto de Medicina Social da Uerj, Reinaldo Guimarães. Outro, escrito a seis mãos, de autoria do professor Eurico Zimbres, do IGeo-Uerj; Gustavo Bayer, professor da FAF e da Faculdade de Economia-Uerj; e do professor Roberto Abreu, do IME-Uerj. E o terceiro artigo pertence ao professor do Departamento de Ciências Sociais da Uerj, Walter Duarte. Em perspectiva, o Regime de Trabalho Docente, com ênfase na Dedicção Exclusiva. Salários, função gratificada, cargos comissionados, autonomia, quadro de carreira, profissionalização, repasse de verbas, entre outros, são também os temas que ilustram os três artigos publicados nesta seção.	
DOCUMENTO - encarte	
A professora do Instituto de Psicologia, Daise Mancebo, traça um quadro comparativo do Regime de Trabalho Docente nas universidades brasileiras.	
ACADEMIA	15
Lená Medeiros e o Mercado do Prazer nas Ruas do Rio; Junito Brandão e Flora, o Mito Romano; Hernani Chaves e Atualização Permanente, a universidade desafiada; Ricardo Santos: Sono e Vigília. Veja alguns exemplos da atual produção acadêmica desses professores.	
ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO	22
CAP: E por falar do feio. A matéria, produto de entrevistas coletadas com a administração, professores e estudantes do CAP, revela o que vai mal num colégio hoje considerado um modelo pedagógico e que se tornou, via resultados obtidos no último vestibular, a garota-propaganda da Uerj.	
ARTE & CULTURA	26
Universidade e as questões que envolvem a produção cultural na pós-modernidade. Discutem o assunto a Ex-Curadora da Mostra "Carlos Drummond - Alguma Poesia" do CCBB, Helena Bomeny, professora do IFCH-Uerj; o Diretor do Departamento Cultural da Uerj, professor André Lázaro; e o professor do Departamento de Filosofia da Uerj, Cláudio Ulpi;	
OPINIÃO	30
O professor Ademir Pacelli, do Instituto de Psicologia da Uerj, polemiza: "Corporativismo Psiquiátrico x Lei Antimanicomial".	
CÁ ENTRE NÓS - Cartas	30

ADVIR

Publicação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ASDUERJ.

Sede: Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, Bloco F, sala 1092, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ.

Telefones: 264-8322, ramal 2579 e 264-9314.

DIRETORIA - GESTÃO BIÊNIO 91/93

Presidente: Gustavo Bayer

I Vice-Presidente: Ademir Figueiredo

II Vice-Presidente: Tânia Carvalho Netto

I Secretário: José Fernando

II Secretário: José Carlos Xavier

I Tesoureiro: Lúcia Frelre

II Tesoureiro: Eurico Zimbres

CONSELHO EDITORIAL

Eurico Zimbres

Daise Mancoço

Ronaldo Coutinho

Roberto Abreu

Gustavo Bayer

PRODUÇÃO EDITORIAL

Leila Braille e Sérgio Franklin

REDAÇÃO, REVISÃO E EDIÇÃO

Sérgio Franklin -

Leila Braille

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Paulo & Lucia - 201-3533/201-3177

Maria da Conceição Ribeiro - 627-3746

DIAGRAMAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Conceição Campos

Convênio SR3-Uerj/Asduerj

Professor Orientador Pedro Pereira - ESDI

EXECUÇÃO GRÁFICA

Serthel Comunicação Gráfica Ltda. - Rua Riachuelo, 101 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 224-1715

ILUSTRAÇÕES

Otto Galvão

FOTOS

Sérgio Franklin

CAPA

Pedro Paulo de Siqueira

ARTEFINALIZAÇÃO

Maximiliano Nogueira

É hábito, nos editoriais, falar de assuntos considerados de importância especial naquele momento. Para nós, o fato hoje mais importante é o próprio lançamento desta revista, na medida em que ela materializa aquilo a que a ASDUERJ sempre se propôs: tornar a entidade um espaço plural e privilegiado de debates sobre a universidade.

Esta revista não foi concebida para tornar-se um "órgão oficial", portavoz de eventuais diretorias da ASDUERJ. Ela deverá, ao contrário, reproduzir e alimentar o confronto das diversas concepções e práticas que dão formas e conteúdos concretos à universidade. Ela só fará sentido, se for capaz de canalizar a diversidade que, a cada momento, está fazendo da universidade aquilo que ela é.

Por ora, demos apenas o pontapé inicial. Este "número zero", por força das circunstâncias, teve que assumir um caráter de coletânea de textos, por nós diretamente solicitados a pessoas que pudessem refletir aquela diversidade, seja em torno do tema regime de trabalho ou da prática acadêmica na universidade. Para os próximos números, contaremos com um amplo conselho consultivo, que assumirá a definição dos debates e temas que comporão a revista. Uma vez divulgada tal definição, esperamos que o debate possa fluir de forma espontânea, tornando desnecessária a "encomenda" de contribuições.

Coerente com a prática da autonomia e da pluralidade, este número é fruto do trabalho e da interação de diversas pessoas e instâncias da universidade, com o único propósito de viabilizar a revista. A autenticidade desta colaboração nos obriga a um registro público. Devemos ao Professor Pedro Pereira, da ESDI, a orientação acadêmica dada à programação visual; e, neste mesmo caso, à professora Lilian Nabuco, da Faculdade de Comunicação Social, os conselhos e "toques". À SR3, pelo convênio que viabilizou a programação visual. Agradecemos, enfim, a todos que direta ou indiretamente, "arregaçando as mangas" ou mesmo "torcendo", colaboraram para que a idéia se tornasse fato.

Conselho Editorial

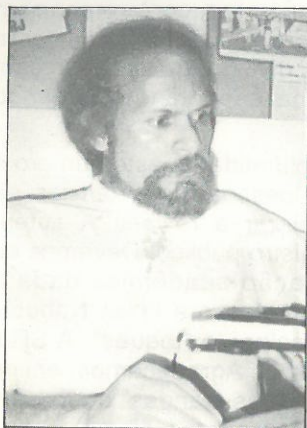
Novos professores mudam perfil da UERJ

Os últimos concursos feitos para admissão de novos professores na Uerj trouxeram uma novidade: mudou o perfil de seus candidatos. Conseqüência da crise por que passam as Instituições Federais de Ensino, que convivem com o maior achatamento salarial da sua história. A Uerj se transformou num pólo migratório de profissionais com alta titulação, que passam a dar prioridade à Universidade no momento de escolher onde farão suas carreiras.

Doutor em História Social pela USP, ex-professor da PUC e da UFF, Afonso Marques dos Santos, 42 anos, e Hindenburgo Pires, 35 anos, doutorando pela USP, são legítimos representantes dessa nova remessa de "calouros". Em entrevista a ADVIR, eles falam de suas primeiras impressões da Uerj e de seus planos para conferir um novo perfil para a Universidade.

"A universidade deve ser menos tecnocrática"

Hindenburgo Pires



O que o levou a fazer o Concurso para a Uerj?

HP - Um dos motivos foi o fato de minha mulher estar fazendo o seu doutorado na UFRJ. Outro foi já possuir certo grau de informação sobre o trabalho desenvolvido na Uerj. E, principalmente, querer ter um vínculo profissional no Estado do Rio de Janeiro,

Qual é a sua visão atual da Uerj?

HP - As informações que eu tinha sobre a Uerj eram poucas, mas o suficiente para dar um balisamento das atividades que existiam. Hoje, eu percebo que o nosso Departamento está sofrendo grandes modificações. Acho que, antes, o trabalho ainda era muito precário, inclusive sob o ponto de vista das atividades que vinham sendo desenvolvidas. Tínhamos pouca pesquisa, pouca atividade acadêmica. Parecia-me que o Departamento funcionava como uma escola de terceiro grau quase ao estilo das escolas de segundo grau, que a gente encontra na rede privada. Com os concursos e o conseqüente ingresso de novos professores, há uma preocupação com a modificação da estrutura curricular, com o incremento das atividades do Departamento, principalmente no que tange à pesquisa. Então, eu sinto que o Departamento está

"A Uerj pode trazer coisas novas"

Afonso Carlos Marques dos Santos



O que o levou a fazer o concurso para a Uerj?

AS - O que me atraiu fundamentalmente para a Uerj foi o fato de que ela vem tentando se transformar numa Universidade. Uma Universidade que pode ter um enorme alcance social, até pela sua localização geográfica e pelo seu patrimônio físico. Ela vem tentando

se firmar como uma Universidade no sentido pleno, que é um lugar onde o ensino e a pesquisa nunca aparecem dissociados.

Não há dúvida de que uma das coisas que têm atraído a atenção dos profissionais universitários para a Uerj é, também, o fato de ela estar tendo oportunidade de oferecer salários dignos, o que não tem ocorrido em outras instituições.

Outro aspecto que também me entusiasma na Uerj é um interesse que há em várias partes da Universidade por ter o Rio de Janeiro como objeto preferencial de estudo. Isso é uma coisa que me interessa bastante, eu tenho trabalhos feitos sobre o Rio de Janeiro, e tenho preferência por uma visão de Universidade que seja transdisciplinar, onde as áreas de conhecimento se cruzem.

sofrendo uma mudança radical em relação aos novos alunos que estão acompanhando o nosso trabalho, em relação à qualidade dos professores que estão ingressando e que já, vários deles, estão fazendo doutorado. Eu acredito que tudo isso é muito bom para o Departamento, pois fará com que o Departamento cresça e cresça de forma qualitativa.

Qual a sua avaliação das condições de trabalho dentro da Uerj?

HP - O que está acontecendo é o seguinte: nós estamos sofrendo com a defasagem do nosso salário. Mas, desde o ponto de vista do espaço de trabalho, até que as condições são relativamente boas, embora eu ache que haja uma sub-utilização tecnológica. E eu não estou me referindo ao nosso departamento que, hoje, prima por uma utilização mais aprofundada dos equipamentos. Eu percebo que, além dessa sub-utilização, a tecnologia é centrada na área de administração. Eu acho isso preocupante. A universidade ainda não avançou o suficiente para criar requisitos que priorizem a qualidade acadêmica e assim poder manter uma articulação com as grandes instituições de fomento à pesquisa. Eu sinto que o nível de relacionamento com essas instituições ainda é precário. Nós é que individualmente cumprimos esse papel, já que a universidade não tem uma atuação mais profunda para fomentar essa articulação. A universidade tem condições de produzir, mas devia ouvir mais seus professores, consultar mais os professores, democratizar a relação. Nós recebemos muitos documentos, muitas informações, mas falta um contato mais direto. Não somos consultados sobre as nossas intenções, sobre as nossas perspectivas para o progresso da pesquisa, nossos interesses, nossas vontades, nossas necessidades de equipamento, material, etc. Considero as atuais formas de relacionamento dentro da universidade muito burocratizadas, tecnocratizadas.

Há alguma diferença de tratamento para o professor recém-ingresso? Você enfrenta algum tipo de preconceito?

HP - Não. Pelo menos no nosso departamento não. A nossa relação é de igual para igual. Ao contrário, eu acho que existe até um forte nível de solidariedade acadêmica, não há nenhum tipo de hostilidade intelectual contra as nossas iniciativas, ao contrário, eu me sinto bastante estimulado a estudar e discutir as questões conjuntamente.

Quais é a sua opinião, no que se refere à Uerj, sobre o exercício da autonomia?

HP - Eu acho que a Uerj ainda não ocupou o seu espaço, tendo em vista a importância que ela tem em nível territorial. Eu acho que se a Uerj assumisse mais

Na condição de profissional ligado à área de pesquisa - e é notória a deficiência da Uerj nesse campo - Como pretende trabalhar na Universidade?

AS - Considerando que trabalho em regime de 40 horas, eu estou empenhado na construção de uma área de pesquisa no meu departamento; também estou empenhado, junto com meus colegas de departamento, numa melhoria da qualidade do curso, e na criação de uma pós-graduação nessa área. Nós reconhecemos coletivamente que ainda não é o momento de criar um mestrado, mas já é o momento do departamento de História oferecer cursos de especialização, até porque em Universidades como a Federal Fluminense e a Federal do Rio de Janeiro os departamentos de História estão voltados para os cursos de mestrado e doutorado. Falta, para atender ao professorado do Rio de Janeiro, a organização de cursos de especialização de bom nível. Cursos voltados não apenas para a melhoria da qualidade do professor de História, mas também para a formação de pesquisadores em História. Nós estamos, nesse momento, discutindo aqui na Universidade, a criação do curso de especialização em Pesquisa Histórica, com ênfase no Rio de Janeiro. Há hoje um mercado para pesquisadores. Há, a todo momento, demanda para pesquisa, eu acho que nós podemos ocupar um espaço existente nessas instituições.

Quais são as suas primeiras impressões sobre a Uerj?

AS - Eu ainda estou me inteirando das possibilidades das nossas bibliotecas, mas acho que algumas coisas faltam de fato na Universidade. Uma Universidade que tem tanta ênfase nos cursos noturnos, precisava ter um investimento maior no suporte para esses cursos noturnos. Onde todos nós sabemos que os alunos têm dificuldades e deficiências e uma dificuldade básica, que é o tempo, porque trabalham durante o dia. As bibliotecas dos cursos noturnos deveriam funcionar - isso pode parecer loucura - 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana, é o que acontece nas universidades americanas. Talvez essa fosse a forma das pessoas que estudam à noite terem condições objetivas de algum esforço suplementar, em termos de horas de estudo.

Suas referências à Uerj são, sempre, a uma Universidade em construção. Como se constrói uma Universidade?

AS - Eu acho que esse processo de construção não se faz demolindo o que já existe, e sim somando o entusiasmo dos que chegam com a experiência dos que já estão trabalhando. Nós podemos enfrentar na Uerj situações novas sem vícios do passado que Instituições mais antigas às vezes têm. A Uerj pode, de fato, inaugurar coisas novas.

a sua função acadêmica, ela teria uma projeção muito maior dos seus trabalhos. O que a gente vê é a projeção individual do trabalho de algumas pessoas. Porém, a Uerj não se projeta como escola, a sua produção acadêmica como um todo não aparece. Eu sinto que a universidade perde espaço ao ir negociar com o governo do Estado questões que ela tem autonomia para decidir, que são de seu próprio interesse. Ao agir desta forma, ela abre mão de sua autonomia. Mas nem todo mundo está de acordo com isso. Eu, por exemplo, faço parte da universidade e não concordo com essa postura. Acho que a universidade falta incorporar a noção de sujeito coletivo que trabalha para a sociedade.

Como avaliaria a questão do corporativismo na Universidade?

HP - O corporativismo, para quem quer ascender profissionalmente na carreira acadêmica, é um impedimento violento. Na Faculdade de Planejamento Urbano da Unesp em Presidente Prudente, por exemplo, prestei concurso, fui classificado em 1º lugar, porém o resultado literalmente não foi homologado, assumindo a vaga uma professora que havia alcançado nota inferior à minha e isso em função da preferência acadêmica, do clientelismo e não pela qualidade e formação profissionais. Aqui na Uerj o concurso foi limpo, o corporativismo não influenciou, a coisa foi franca, aberta. Eu concorri com mais três professores a duas vagas e o processo foi absolutamente transparente.

Qual é a sua opinião sobre a avaliação da produção acadêmica na Uerj?

HP - Acho que faltam incentivos à titulação, à pesquisa, à atividade acadêmica. Considero que a performance acadêmica de cada professor deveria ser melhor avaliada, deveriam ser estabelecidos critérios. Há profissionais que fazem da Uerj um "bico" e não produzem, você não vê essas pessoas na Uerj. Mas, eu acho que isso está mudando, fundamentalmente em função da entrada dos novos professores, pelo menos essa é a minha experiência lá na Geografia. Os novos professores vêm preparados, mais qualificados academicamente e, principalmente, com muita vontade de produzir.

Hindemburgo Pires é graduado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando na Universidade de São Paulo, concluindo tese em Geografia Humana: "Reestruturação Industrial e Alta Tecnologia: Crítica às Teorias sobre a Formação dos Novos Espaços Industriais no Brasil. Professor Assistente de Geografia Regional do Departamento de Geografia da Uerj. Tutor do Programa Especial de Treinamento da CAPES/Uerj.

Qual é a sua avaliação sobre o regime de trabalho docente na Uerj e qual é a sua opinião sobre o Plano de Carreira Docente?

AS - *Eu não tenho uma visão muito clara, porque eu entrei no penúltimo degrau da carreira. Mas eu acho que a Universidade tem que dar condições para que o professor que trabalha aqui possa fazer o seu curso de pós-graduação. Porque é inadmissível que a Uerj continue a funcionar com baixa titulação, isso é algo que a Universidade tem que se preocupar, e acho que é uma preocupação coletiva da Universidade. A Uerj precisa, dentro dos próximos anos, elevar o nível de titulação de seus professores. O problema não está na carreira, o problema está numa carreira onde muita gente chegou a níveis elevados sem titulação adequada. A titulação numa Universidade não significa título de nobreza, significa, muito pelo contrário, trabalho. O título de mestre, título de doutor, conseguido por uma Universidade séria, na realidade identifica a produção do professor, do profissional. É inadmissível que a Universidade seja constituída por profissionais que não tenham passado por um julgamento dos seus pares. Uma das coisas que torna a Uerj, hoje, mais respeitável é o fato de ela ter realizado concursos públicos e nesses concursos ter exigido titulação mais elevada, é isso que vai dar, de fato, uma dimensão nova à Universidade.*

Qual é o futuro dessa Universidade?

AS - *Existem aqui na Uerj muitas pessoas interessadas em fazer pesquisa, muitos alunos interessados em pesquisa. Na medida em que se consiga ampliar o financiamento para pesquisas tanto da Faperj quanto do CNPq, ou com recursos da própria Universidade, a tendência é crescer a produção da Uerj no campo da pesquisa. Eu não acredito na qualidade de Instituições que se auto-classificam como meras repetidoras. Eu não acredito que a Uerj possa se firmar como universidade, se ela não fizer a ponte entre a produção do conhecimento e a transcrição do conhecimento.*

Afonso Carlos Marques dos Santos é graduado e licenciado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Mestre e doutor em História Social pela USP com a tese Ideologia e Poder no Rascunho da Nação.

Tempo integral e dedicação exclusiva: voltar às origens!

Reinaldo Guimarães

Convidam-me a escrever sobre o regime de trabalho docente, com vistas a participar do debate no momento em que a Uerj, finalmente, implanta seu programa de dedicação exclusiva. Não resisto a começar com uma citação.

*"As universidades brasileiras, já é fato por demais conhecido, foram construídas, até o presente, de faculdades independentes, providas de professores - sobretudo as de Direito, Medicina e Engenharia - cujo objetivo, ao manterem a cátedra, não foi a dedicação exclusiva ao pensamento criador, ao trabalho de pesquisa em laboratório da universidade. Ao contrário, a cátedra tem servido, até hoje, à imensa maioria de professores das universidades brasileiras, como representação social, como título para a obtenção de empregos mais rendosos fora da universidade, como adorno em cartão de visita ou em placas de anúncios de atividades profissionais, em gabinetes de advocacia, em escritórios de engenharia, em consultórios de atividades médicas. Esta tradição perniciosa impediu até hoje que se implantasse, com a devida eficiência e seriedade, o regime de tempo integral e dedicação exclusiva para os poucos pesquisadores dessas universidades."*¹

Este fragmento foi retirado de um texto de José Leite Lopes publicado em 1967 no Correio da Manhã, no momento em que, uma vez mais, a comunidade científica procurava convencer as autoridades educacionais sobre a conveniência da implantação dos regimes de tempo integral (40 horas semanais) e dedicação exclusiva, finalmente instituídas no sistema federal dois anos depois, em 1969.

Ainda numa perspectiva histórica, menciono que o regime de tempo integral foi pela primeira vez instituído no Brasil em 1924, nas cadeiras básicas da Faculdade de Medicina de São Paulo por uma exigência da Fundação Rockefeller, provavelmente como requisito para apoiar atividades de pesquisa. Em 1927, o mesmo regime foi instituído na Escola Politécnica, também em São Paulo.²

No âmbito federal, o tempo integral (TI) e a dedicação exclusiva (DE) foram parte das medidas tomadas pela Reforma Universitária de 1968, fruto contraditório do projeto modernizador do regime militar e das pressões "populares" oriundas do movimento estudantil, ambas tentativas de modificar o panorama da universidade brasileira, atrasada, "bacharelesca" e de má qualidade em sua grande parte.³

O processo de implantação dos regimes de TI e DE no sistema federal teve dois momentos bastante distintos, enquanto concepção e métodos empregados. Entre 1969 e 1974 a concessão era feita mediante um processo que continha 3 etapas: o professor interessado apresentava um projeto que justificasse seu pedido a uma comissão no âmbito da própria universidade (COPERTIDE) que examinava e aprovava ou não; o conjunto de propostas de cada universidade era apresentado a uma comissão no âmbito do MEC (COMCRETIDE) que abria uma linha de crédito especial, extra-orçamentária, no valor dos recursos necessários para cobrir as despesas da complementação. Esses recursos eram concedidos, portanto, como uma bolsa (sobre eles não incidiam descontos para a previdência ou imposto sobre a renda) e vinculados à realização de um programa de trabalho estabelecido.

Em 1974 foi instituído um novo Plano de Classificação de Cargos, que incluiu as gratificações de TI e DE no âmbito genérico dos incentivos docentes. No plano conceitual transformou-as em complementações salariais. No plano do método, extinguiu as comissões avaliadoras dos programas de trabalho e incluiu os repasses para cobrir estas despesas na rubrica orçamentária correspondente ao pagamento de pessoal.⁴ Essas mudanças provocaram uma alteração radical no espírito do TI e da DE, cujas repercussões veremos mais adiante.

2) Apesar do que as aparências poderiam indicar, penso haver uma grande convergência de posturas entre os pólos que - quase sempre numa relação de tensão - conduzem a política salarial nas universidades públicas: o movimento sindical, as administrações universitárias e as autoridades mantenedoras, no plano federal ou estadual (MEC, Governadores de Estado, etc.). Me explico melhor dizendo que, embora cada vértice - como é de praxe - queira maximizar seus ganhos, os princípios subjacentes à contenda, o modo de pensar a política salarial, são essencialmente os mesmos. Sem a pretensão de esgotar a discussão, pinço dois desses princípios, essenciais para o debate sobre o regime de trabalho docente:

a) a noção de isonomia salarial.

b) a adoção, como paradigma para a negociação, das perdas (ou - raramente - ganhos) do conjunto dos trabalhadores.

Quanto à isonomia, lembro que, em 1989, as três universidades paulistas conquistaram sua autonomia de fato, com o repasse global de recursos a cada uma delas vinculado a um percentual da arrecadação do estado. Nada obrigava que as três estabelecessem mesmos níveis e mesma política salarial. No entanto foi isto que foi feito, por decisão dos reitores reunidos num fórum especialmente criado para gerir "em conjunto" a nova situação de autonomia. Da mesma forma, o Conselho de Reitores tem, em várias ocasiões, manifestado seu apoio à isonomia, tratado como um princípio importante para o desenvolvimento da universidade.⁵ O grande mantenedor federal que é o MEC, por força de uma legislação que, em muita parte, sua própria burocracia colaborou em instituir, trabalha na área de financiamento apoiado fortemente no conceito de isonomia. Nas palavras de Mattos, "Na verdade (para o MEC) dadas as condições de estabilidade do servidor público no cargo, irredutibilidade de vantagens e direitos, plano unificado de cargos, salários e carreira, que são as condições pelas quais se rege o sistema de administração de pessoal, as definições que geram a despesa mensal e anual já estão postas".⁶

Nas negociações salariais, a regra para o estabelecimento dos níveis de reposição tem sido, para todas as categorias e há muito tempo, a comparação da evolução dos salários com a dos índices do custo de vida. Esta também é uma regra utilizada pelos três atores principais nas rodadas de negociações e funda-se na óbvia constatação de que as perdas, embora possam variar de acordo com o perfil de consumo de cada categoria, têm um padrão médio que incide igualmente sobre todas.

Não se trata de colocar estes dois princípios na lata do lixo, de lançar sobre eles o anátema de "corporativos". Foram a resultante possível do desenvolvimento das relações políticas entre sindicalistas, administrações e MEC/Governos Estaduais ao longo do tempo. Por outro lado, ter que conviver com eles não elimina a necessidade de colocá-los em tela naquilo em que possam ser prejudiciais ao funcionamento da universidade. Penso que este prejuízo pode aumentar na medida em que os dois princípios são absolutizados enquanto critérios de política salarial. De maneira oposta, pode diminuir, se relativizarmos sua utilização, e se os subordinamos a outros princípios mais próximos ao objetivo fundamental da universidade, que é a formação de quadros qualificados e a produção de conhecimento.

A isonomia salarial, exercida do modo como vem sendo, tenderá a excluir do ambiente universitário alguns tipos de profissionais essenciais ao seu desenvolvimento, normalmente envolvidos com áreas "de ponta", para as quais o mercado de trabalho extra-universitário exerce enorme atração. Pessoal vinculado à informática, à biotecnologia, à ciência dos materiais, químicos especializados em certos campos de síntese, de catálise, etc., dificilmente optarão por carreiras científicas na universidade quando o mercado (as empresas) lhes oferece muito mais. Este fenômeno crescerá à medida que o país sair da recessão e retomar o processo de desenvolvimento. Da mesma forma, a capacidade de atrair quadros de bom nível de outras ins-

tuições nacionais ou estrangeiras, mesmo em áreas tradicionais, aumentará à medida que pudermos negociar com mais flexibilidade os salários oferecidos.

Ao costume de utilizar como paradigma para reposição das perdas salariais a comparação com as perdas do conjunto dos trabalhadores, proponho *agregar* o exame dos níveis salariais vis-a-vis os níveis existentes nas instituições congêneres. Particularmente numa cidade como o Rio de Janeiro, onde ocorre uma concentração expressiva de instituições universitárias em atividades de pesquisa, pode-se ganhar ou perder quadros qualificados com relativa facilidade, haja vista que uma mudança de Instituição não implica em grandes mudanças de vida (deslocamento para outra cidade ou Estado, p. ex.). Neste momento, aliás, está em curso uma destas acomodações de quadros qualificados no Rio de Janeiro, que tive a oportunidade de abordar em outro local.⁷ Nos últimos 3 anos, por vários motivos, cerca de 120 doutores mudaram parcial ou totalmente das universidades ou institutos de pesquisa onde faziam suas carreiras. Acredito que a Uerj, uma das instituições receptoras desses quadros, habilitou-se a fazê-lo devido a seus salários terem estado, nesses últimos anos, competitivos (chegando a ser atraentes) face aos do sistema federal, aos da PUC/RJ e aos dos Institutos do CNPq. Portanto, caso o movimento sindical, as administrações e as mantenedoras tenham a intenção de preservar o principal patrimônio das universidades que dirigem ou das quais participam, que são seus recursos humanos, devem estar atentas a essa contabilidade seletiva das perdas salariais, dirigindo seus olhares às instituições congêneres e não apenas ao mercado de salários em geral.

Encerro esta parte com dois pequenos contrapontos. Em primeiro lugar ressalvo, embora seja óbvio, que estes dois pontos que acabei de abordar só fazem sentido a partir de um patamar mínimo de recursos para as universidades. Se este não for alcançado, a destruição é inexorável, tornando-se ocioso falar em relativizar a isonomia ou dar prioridade a competir salarialmente dentro do setor. O sistema federal parece estar chegando a esta situação. O estadual - Uerj inclusive - vai bem melhor nesse particular. Em segundo lugar, algum leitor atento poderia lembrar que o desprestígio das carreiras científicas ocorre também nos países centrais, em particular nos EUA, onde não há isonomia salarial. De acordo. Minha hipótese é que, se isonomia houvesse, a situação seria muito pior.

3) Essa longa passagem pela política salarial das universidades públicas nos traz de volta ao tema da DE, que nada mais é do que um particular exercício de "heteronomia"⁸ dentro de uma mesma universidade. Dois professores com a mesma titulação e a mesma carga horária (TI). Um deles recebe um adicional salarial de 40, 50 ou 70% apenas por comprometer-se a não utilizar o tempo *fora* de seu contrato de trabalho com outra atividade remunerada que possa dispersar seu foco intelectual. Eis o que é a DE, desde que entendida segundo os princípios que motivaram gerações de pesquisadores e professores na luta por sua implantação. Essa relação de trabalho, que só não é leonina porque é facultativa e exercida por iniciativa do contratado, preocupa-se fundamentalmente, dentre as tarefas potenciais do professor, com a atividade que poderia ser mais prejudicada por aquela dispersão: a atividade de pesquisa. Portanto, as relações de trabalho com cláusula de TI e DE implicam numa dupla seletividade.

a) destinam-se a propiciar, aos docentes que queiram e possam, a oportunidade de dedicar-se integral e exclusivamente às atividades decorrentes de *uma única* vinculação universitária.

b) essa vinculação deve atender, simultaneamente, a duas escolhas pessoais. A de desenvolver uma carreira estritamente acadêmica (a alternativa seria uma carreira compartilhada com o exercício profissional) e a de exercer, na carreira acadêmica, *atividade permanente de pesquisa*.

Quanto a este último ponto sublinhado, há também uma questão a ser debatida, decorrente de um equívoco de interpretação que acabou por tornar-se linha demarcatória de campos políticos opostos. O artigo 207 da Constituição Federal menciona que vigorará na universidade a "indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão" e este dispositivo é, por vezes, entendido como se houvesse uma ligação permanente, automática e biunívoca entre cada uma dessas atividades. Como se um professor ou estudante que estivesse a prestar um serviço à comunidade, estivesse necessariamente realizando ou procurando realizar uma atividade de pesquisa, ou formando outros estudantes, como numa atividade docente. Ora, a idéia da indissociabilidade entre ensino e pesquisa foi oriunda da reforma do sistema educacional prussiano, no início do século XIX e nada tem a ver com atividades individuais, mas sim com a existência de um sistema universitário responsável, *no plano institucional*, pelas atividades de ensino e pesquisa necessárias ao país.⁹ O espírito desta reforma veio a influenciar o sistema universitário norte-americano, fonte do nosso modelo universitário após 1960. Daí termos herdado este perfil institucional e a idéia da indissociabilidade. No calor dos debates políticos após 1985, com vistas ao Congresso Constituinte, agregou-se a atividade de extensão e deslocou-se a idéia, do plano institucional para o plano das atividades de cada membro da instituição, em particular os docentes.¹⁰ Portanto, conceitualmente não é obrigatório que todos os professores sejam pesquisadores, não é realista imaginar que possam sê-lo e a simples observação da universidade brasileira, por superficial que seja, demonstra cabalmente que isto não é verdade. Na Uerj, em 1990, cerca de 500 professores relataram alguma publicação (num critério bastante frouxo, que incluía artigos em jornais e revistas leigas), num universo de 2000 docentes.¹¹

4) A implantação de um regime de DE, hoje em dia, tem a vantagem de contar com quase 25 anos de experiência do regime no sistema federal e, portanto, tem menos probabilidade de repetir eventuais erros lá cometidos. Cabe, portanto, uma comparação entre a visão da DE segundo os critérios que discutimos acima e a realidade observada naquele sistema, composto de 35 universidades, envolvendo 42.500 professores. De acordo com os dados do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)¹², em 1989, 63,6% desses professores tinham incluído em seus salários a gratificação de DE. Por outro lado, em 1975, a proporção de docentes com regime de TI com ou sem DE era de 29%. Em 1988, esse número pulou para 88%. Mattos¹³ observa que no mesmo período o número de aulas cresceu menos de 20% e a produção científica - estima-se - não chegou a dobrar. O que parece

ter ocorrido é que a concessão da DE descolou-se de seus objetivos originais, perdendo contato com os dois critérios que mencionei mais atrás. Além disso, a DE passou, de incentivo a determinado tipo de docente, a cumprir o papel de complementação salarial, e como consequência do princípio constitucional da irredutibilidade de direitos e vantagens, incorporou-se definitivamente aos salários de seus detentores. Este é, em linhas gerais, o quadro existente hoje no sistema federal. A meu ver, é exatamente o que devemos evitar repetir.

5) A concessão do regime de DE, na Uerj, está mencionada nos artigos 40, 44, 46, 47 e 50 do título V da Resolução 03/91, que estabelece normas relativas à carreira docente e sua regulamentação é atribuição da Comissão Permanente de Avaliação Docente. Penso que o processo de introdução do regime de DE em nossa universidade deve pautar-se pela concepção original do incentivo. Um único e exclusivo vínculo empregatício, carreira exclusivamente acadêmica e exercício permanente de atividade de pesquisa. Para isto, é necessário desenvolver critérios e instrumentos capazes de garantir, ao longo do tempo, a continuidade da adesão aos seus princípios originais. Acredito que estes critérios devem abarcar três etapas, que passo a discutir, brevemente:

a) Critérios de acesso. Aqui, a questão é: como comprovar a existência de apenas um vínculo? Deve-se procurar uma declaração formal de inexistência de outros vínculos, inclusive o exercício de atividade liberal. Acredito que o documento que melhor preenche esta finalidade é o espelho da declaração de rendimentos devida anualmente à Secretaria da Receita Federal. Por outro lado, a solicitação de ingresso no programa deverá ser acompanhada de um plano de trabalho que delineie as atividades do docente, devidamente examinada pelo corpo deliberativo do Departamento.

b) Critérios de permanência. É essencial que sejam desenvolvidos mecanismos simples e claros de avaliação do desempenho individual por pares, através do confronto com o programa de trabalho original, onde um resultado negativo seja capaz de gerar a decisão de retirar o docente do grupo de possuidores de DE. Embora possa haver atividades de avaliação a cada semestre, o momento de decidir se a DE será renovada ou cancelada deve dar-se a períodos mais lentos. A experiência demonstra que nunca menos de dois anos, talvez três.

c) Critérios de saída. Para que a retirada da DE do professor que não demonstrar um desempenho à altura seja eficaz, é necessário que se minimize a probabilidade de sua incorporação ao salário, através de uma eventual reclamação judicial. Para isto, cumpre que a concessão da gratificação seja feita de modo a não confundir-se com uma complementação *salarial*. A experiência nacional demonstra que o melhor caminho para que este objetivo seja alcançado é conceder a gratificação na forma de bolsa de pesquisa, através de fonte pagadora que não seja a Uerj. Não há, aí, qualquer artifício. Na verdade, tal como a concebo, a gratificação de DE é idêntica a uma bolsa de pesquisa concedida pelo CNPq, prática com mais de 30 anos, não havendo notícia de reclamação com o objetivo de incorporá-la ao salário, por parte de pesquisador que a tenha perdido na análise de mérito.

"Minha hipótese é que, se houvesse isonomia salarial, a situação seria muito pior"

6) Com os critérios e metodologia que expus, acredito que não cheguem a 200 os docentes da Uerj enquadráveis na gratificação de DE, neste momento. Com um número desta ordem de grandeza, Roberto Alcântara Gomes, há uns dois anos atrás, estimava que o impacto financeiro sobre a folha deveria estar pouco abaixo de 10%.⁴ Apesar de relativamente pequeno, este impacto pode não ser suportável pelo orçamento, caso as concessões dêem-se, todas, num só momento. Isto coloca a necessidade de priorizá-las, alongando-as no tempo. Ofereço, para isto, um critério. Após o processamento das informações referentes à produção científica de 1990, procurei descobrir quais variáveis explicavam as diferenças de produção científica entre os departamentos da Uerj. Tomando cada um deles como unidade de análise, testei-os de maneira multivariada contra quatro variáveis independentes: o número de professores do departamento de professores com 40 horas semanais; a titulação do corpo docente (medido como proporção de mestres e doutores); e com a existência ou não de Pós-Graduação.¹⁵ Os resultados exigem algum esforço de interpretação, exceto no que diz respeito à evidente importância ($p < 0.0001$) da proporção de professores titulados existentes no departamento na explicação da produção científica. Sendo a DE uma gratificação para pesquisa, aí está um bom critério de prioridade, que é começar com os pesquisadores mais titulados.

REFERÊNCIAS

- (1) José Leite Lopes, *Ciência e Libertação*. 2ª edição. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, p. 127.
- (2) Freire-Maia, N. *A Ciência por Dentro*. Editora Vozes, Petrópolis, 1991, p. 195.
- (3) Cabe destacar que a Universidade de Brasília, desde sua criação em 1962 previa os regimes de TI e DE. Lamentavelmente, no entanto, sua proposta foi adulterada a partir de 1964 e o exemplo não prosperou.
- (4) Uma interpretação mais detalhada deste processo em Mattos, P.L. *Avaliação e alocação de recursos no Ensino Superior Federal*. NUPES/USP. Documento de trabalho 7/90, 22p., mimeo.
- (5) A posição do CRUB, expressão da vontade da maioria dos Reitores, baseia-se na seguinte lógica: havendo mais universidades fracas (politicamente) do que fortes, aquelas esperam sempre acompanhar os ganhos destas.
- (6) Mattos, 1990, p.p. 4, 5.
- (7) Guimarães, R. *Dança das Cadeiras*. *Jornal da Ciência Hoje*, nº 247, 28 de fevereiro de 1992, p. 2.
- (8) Palavra não dicionarizada nesta acepção, ao contrário de isonomia, que tem o significado de estar sob as mesmas leis (Aurélio). Heterônimo/nímia é mencionada apenas no sentido literário/autorial de obra assinada por outro nome que não o do autor.
- (9) Schwartzman, S. *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional; Rio de Janeiro, FINEP, 1979, pp. 37-38.
- (10) Luiz Antonio Cunha lembra que este princípio foi inicialmente invocado como possível antídoto ao projeto GERES (Grupo Executivo para a Reforma do Ensino Superior) que previa a existência de Universidades de Ensino e Universidades de pesquisa. (Cunha, L.A., *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. S. Paulo: Cortez; Niterói: Editora da UFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 1991, p. 452).
- (11) SR-2/BPC/UERJ, *Produção Técnico-Científica do Corpo Docente 1990*. Rio de Janeiro, 1991.
- (12) CRUB. *Sistema de Informações sobre as Universidades Brasileiras/1989*. Brasília, 1991. 586 p.
- (13) Mattos, 1986, p. 8.
- (14) Roberto era uma pessoa muito criteriosa. Por isso, embora não tenha conhecido a memória de cálculo utilizada, fio-me na informação, que foi pessoal e oral. Por outro lado, a quantidade de professores enquadráveis pode ser maior do que 200, em virtude da mudança do perfil do corpo docente operada na última gestão, com o ingresso de muitos professores titulados.
- (15) Para isto contei com a colaboração decisiva do Professor Michel Reichenheim, do Departamento de Epidemiologia do Instituto de Medicina Social da Uerj.

Reinaldo Guimarães é prof. do IMS-UERJ e Mestre em Medicina pelo IMS-UERJ.

Ponto de vista

Um contrato de risco

Valter Duarte

Confesso que o tema proposto, dedicação exclusiva, me deixou durante algum tempo bastante confuso, perdido mesmo, sem saber por onde começar e muito menos para onde conduzi-lo. Considerei, inicialmente, que em uma sociedade como a nossa, onde predominam valores utilitaristas, a existência em instituição pública de uma gratificação não correspondente a atividades realizadas ou em realização, como as que são pagas por qualificação, chefia ou tempo de serviço, por exemplo, pode gerar desconfiança ou, de modo mais definido, a suspeita de que se trate de uma sinecura complementar. A partir daí, passei a pensar na possibilidade de encontrar argumentos para defendê-la, não porque fosse de meu interesse, mas porque julguei muito difícil encontrá-los e, por isso, passei a imaginar os embaraços que seus defensores podem passar por terem que justificá-la. De fato, quanto mais pensava, mais ela me parecia absurda e indefensável. No entanto, quando já relacionava uma série de inconvenientes para a sua concessão, que indicarei adiante, me dei conta de que estava orientando meu julgamento por valores que não são os mesmos sob os quais avalio as universidades. Daí, então, pensei naqueles caracteres que, para mim, são os que mais distinguem as instituições universitárias de outras e que parecem também absurdos e indefensáveis. Concluí que se alguma solução havia para a questão, ela devia estar entre eles.

Vejam os:

A gratificação concedida a docentes por dedicação exclusiva é a mesma que, recentemente, nas universidades federais, foi aumentada para 55% sobre o valor do salário, sem que fosse exigido um minuto sequer a mais de trabalho. Manteve-se apenas a única exigência para quem a recebe: a de que não realize qualquer espécie de atividade para outra instituição, pública ou privada; o que é insuficiente para regulamentá-la com precisão.

Para certos tipos de atividades empresariais, especialmente para aquelas que tratam de produções artísticas, o trabalhador exclusivo faz parte de um conjunto que é organizado para competir por audiência, por anunciantes, por compradores ou pelo que possa resultar em um balanço final favorável, segundo critérios de sua empresa. Nesses casos, a exclusividade não é gratificada, apesar de ser, em geral, uma exigência do contrato, mas é compensada por uma espécie de leilão prévio entre os empresários, o que eleva os salários dos artistas, pelo menos os mais procurados.

Em relação a universidades particulares de vários países, que são organizadas para competição umas contra as outras, não no sentido da produção de saber por si própria, mas no sentido do que esta possa proporcionar em prestígio e, conseqüentemente, em preferências; em relação a essas, repito, a dedicação exclusiva de um docente, quando houver, explicitamente gratificada ou não, pode ser explicada também segundo critérios empresariais.

Mas tal não é o caso das universidades federais e estaduais brasileiras, que não são empresas, são dependentes de verbas públicas e não podem ser definidas como instituições de assistência ou serviço, embora nelas seja possível a prática de atividades dessa ordem como auxiliares de pesquisa e de ensino. Em relação a elas, não há critérios não-universitários dos quais seja possível dispor para conceder uma gratificação que representa apenas um compromisso de não trabalhar para outros, mesmo que esses outros nem queiram e muitos que procuram emprego vejam até com alívio a retirada de concorrentes, aparentemente privilegiados, da disputa pelas oportunidades de trabalho técnico ou docente. Para elas, apenas a existência de valores tipicamente universitários, em oposição aos valores utilitaristas, podem formar a base necessária para argumentos favoráveis à dedicação exclusiva. A dificuldade está em dizer quais seriam esses valores; o que implica em retornar ao seguinte problema:

Já escreveram e discutiram muito a respeito daquelas que seriam as finalidades ou funções das instituições universitárias. Não houve consenso; dificilmente poderia haver. Muito pode ser dito e nem ser contestado, porque não é possível encontrar objetivamente os seus fins, ao mesmo tempo em que muitos, até contraditórios entre si, são possíveis. Convém não esquecer: a questão é abertamente relativa a confronto de valores. Qualquer definição é sempre subjetiva, arbitrária; e isto não é um pecado, mas um fato inevitável. Em termos de atividades intelectuais, desde opções unilaterais a opções pluralistas, tudo é possível, tudo pode ser aceitável ou inaceitável, e não são impróprias as coexistências de contrários.

Por serem inesgotáveis as possibilidades, muitos julgam importante que universidades públicas tenham privilegiadas as suas atividades e os seus resultados considerados úteis para que possam ser justificadas e também justifiquem o grande conjunto de inutilidades que sustentam e produzem. Em linhas gerais, seria dizer o seguinte: que formem engenheiros, médicos, dentistas e advogados, por exemplo; que façam pesquisas aplicáveis e, assim, compensem a manutenção, também por exemplo, de filósofos e de cientistas sociais. Desse modo, ficariam explicados os seus gastos, a meu ver, imprópriamente chamados de investimentos.

Seria essa a perspectiva dominante. É o que penso poder concluir de quase tudo o que foi escrito e divulgado por reitores, decanos, diretores, professores, pesquisadores, alunos e candidatos a cargos universitários nos últimos anos; pelo menos no que me foi possível ler e ouvir. Foi o que tive muitas vezes que enfrentar em sala de aula, quando me perguntavam para o que servia estudar pensamento político de autores estrangeiros considerados ultrapassados e que de nada valiam para entender o que seria a realidade brasileira. É o que tem sublinhado os editoriais de jornais e revistas quando fazem das universidades públicas o seu tema.

Mas isso corresponde a pensar em termos de "produtos" e "retornos" como em qualquer empresa. Se os donos de universidades privadas ou faculdades isoladas podem justificar-se pelos diplomados que produzem; eles, de fato, devolvem o que lhes é pago por

particulares em forma de diplomas que órgãos de governo os autorizam a conceder e reconhecem a validade por eles próprios determinada. Os "empresários do ensino" vendem direitos a profissões e, supostamente, formação profissional que, aliás, jamais encontrei questionada na imprensa. Para os compradores, as mensalidades e outras despesas correspondem a um investimento cujo retorno é o diploma; para os donos do empreendimento, todos os gastos com patrimônio, com pessoal e com as providências para autorização e reconhecimento, além de outras, todas elas voltadas para a concessão de diplomas, correspondem a um investimento cujo retorno é dinheiro. Por tais caminhos, tudo é justificável: um paga, o outro vende; ninguém reclama porque ninguém é obrigado a comprar; e por aí vai.

Pois é o tal caso: cobra-se qualidade onde há "dinheiro do povo" empregado. Onde cada um paga a sua conta, cada um que trate de cobrar por si mesmo; como se a crescente incompetência de profissionais de ensino superior não fosse paga por todos e como se houvesse na competição do chamado mercado de trabalho uma vitória profissional garantida aos formados pelas faculdades mais conceituadas - quem sabe? - no corintiano "ranking" da revista "Playboy".

Não, as universidades públicas não podem ser pensadas como se fossem vendedoras de direitos profissionais definidos em seus diplomas e de "pesquisas de qualidade". Se vendessem, venderiam por dinheiro público para uma população que não saberia o que estaria comprando e, se soubesse, poderia mesmo reclamar de não ser atendida por diplomados que cuidam de suas próprias vidas e não dos problemas de quem pagou a sua alforria profissional. Por outro lado, uma "pesquisa de qualidade" pode ter como resultado uma negação, uma proposta de superação ou eliminação de um estágio qualquer de um ramo da produção de conhecimentos e não ter inicialmente nada para propor de novo, nada para substituir o superado, tendo-se apenas que aguardar um imprevisível recomeço. Que me perdoem a rima: isso não tem preço.

Cobrar das universidades públicas um retorno, como se elas pudessem ser avaliadas por algum tipo de contabilidade, é atirá-las ao absurdo. Elas não poderiam sequer destacar o que as difere de outras instituições. Teriam que ser comparadas com todas aquelas com as quais tivessem atividades coincidentes, sendo sempre submetidas a valores exteriores.

Mais do que saber, é preciso querer distingui-las. Universidades podem formar engenheiros, médicos, dentistas, advogados e outros profissionais, mas escolas isoladas também os formam; universidades podem incentivar e manter pesquisadores, mas empresas e fundações também podem incentivar e mantê-los; universidades podem permitir uma boa iniciação política, mas há associações civis que também permitem; em geral, universidades podem realizar muitas coisas, mas sempre é possível pensar que outras organizações sociais também possam realizá-las. No entanto, se tudo o que as universidades podem fazer também pode ser feito por outros, destaque-se que só universidades podem ser organizadas para conter tanta diversidade e, por isso, em seu conjunto, cada universidade pode ser *inespecífica*.

Se escolas isoladas podem formar engenheiros, médicos, dentistas, advogados e outros profissionais, se empresas e fundações podem incentivar e manter pesquisadores, se há associações civis que permitem iniciação política e se organizações sociais podem realizar muitas coisas; todas elas se definem pelo que fazem, porém universidades podem fazer tudo isso e não podem ser definidas por nenhuma dessas realizações isoladamente.

Pois é exatamente desse ser tudo e não ser nada, lembrando os caracteres da produção científica do século XX, que retiro o que, para mim, vem a ser o valor maior que universidades, em geral, podem oferecer: a inexistência da verdade absoluta. Trata-se de importante e talvez decisiva objeção a tudo o que possa vir a ser proposto ou imposto que implique em totalitarização em qualquer atividade. E, a meu ver, é melhor do que democracia porque desestabiliza tudo, em termos de homens e valores, que tenha a pretensão de ser uma autoridade definitiva. Posso, então, repetir: isso não tem preço.

Mas é no caso das universidades públicas que essa negativa pode ser mais necessária que nas outras. Lutar pela garantia da inexistência da verdade absoluta como um valor é tentar um direito fundamental a toda produção científica, e talvez também a muitos outros empreendimentos existenciais: o direito de negar. Baseando-se nele, as universidades públicas poderão, além de realizar todas as utilidades que não a distinguem de nada, produzir muito do que possa vir a ser inútil, desconcertante, transgressor e subversivo, enfim, muito do que pode distingui-las de outras instituições e expressar tudo isso em uma só palavra: autonomia.

No entanto, para uma universidade pública ser de fato autônoma é preciso que seus componentes evitem todas as formas de controle social, que não tentem controlar e que não sejam controlados: por um lado, que não tenham a pretensão de "conscientizar" os de fora nem a pretensão de fazer das universidades o único meio legítimo de produção intelectual e, assim, contribuir para destruir, como se tem feito, várias manifestações de cultura popular; por outro, que não aceitem as cobranças tecnocráticas daqueles que jamais produziram para o que podemos chamar de cultura científica, nem as cobranças feitas "em nome do povo"; até porque "o povo" não recebe, não pode pagar, não quer paternalismo universitário e tem direito de lutar pelo seu próprio destino sem que o seu caminho tenha que ser traçado em universidades. Sendo que não é demais lembrar que "o povo" já tem sido obrigado a aceitar uma hierarquização social baseada em diplomas e a prestar reverência a muitos "doutores" por aí.

Sei que é fácil associar o que escrevo a muitas experiências que estão ao alcance de todos e imaginar que estou propondo que as universidades públicas sejam "gaiolas de ouro", como dizem ser as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores pelo Brasil afora. Sem dúvida, elas estarão sempre correndo esse

risco, mas preciso lembrar que estou propondo autonomia, não estou propondo anomia.

Volto, enfim, à dedicação exclusiva e, agora, posso dizer que ela depende da coragem com que seja exercida a autonomia universitária. Isto porque, ao mesmo tempo em que essa gratificação pode proporcionar aos docentes melhores condições pessoais para ensino e pesquisa, ela não pode ter como retorno garantido a tal "pesquisa de qualidade"; o futuro científico é imprevisível em todos os sentidos. Além disso, muitos sabem que não é o simples fato de haver um contrato que favoreça as atividades de pesquisa que vai levar inspiração e idéias aos pesquisadores; pelo contrário, o fato de um pesquisador ter que atender a exigências como a de apresentar relatórios e trabalhos periódicos pode forçá-lo a produzir apenas para resolver seus compromissos contratuais e, assim, a burocratizar o seu próprio desempenho.

Acrescento ainda que a concessão de gratificação por dedicação exclusiva pode ser acompanhada por disputas intermináveis por esse privilégio, de acusações procedentes ou não procedentes de favorecimento

na escolha dos contemplados, de suspeitas de que possa haver uma hierarquização da importância das chamadas áreas de conhecimento, de questões judiciais em caso de seu cancelamento e de outros problemas que certamente poderão ocorrer. Tudo sob o constante risco de não ter nem o que mostrar depois como resultado superior ao dos tempos em que não havia tal

gratificação.

Só que as universidades públicas podem correr esse risco, uma vez que elas não podem apresentar um Einstein e uma Teoria da Relatividade por ano, e talvez nem de século em século, mas têm que tentar assim mesmo, pagando a milhares para que apareça um ou não apareça nenhum, assistindo, como disse Max Weber, "mediocridade atrás de mediocridade, ano após ano, passar em sua frente", porque, apesar de tudo, elas podem ter autonomia para isso.

Quanto aos docentes, têm que ter muito cuidado; não podem esquecer que estão no Brasil, país onde ministros e secretários não costumam respeitar salários de funcionários públicos e podem transformar um salário de tempo integral com dedicação exclusiva em algo de poder inferior ao do que antes era pago sem a gratificação. Para isso basta que resolvam "em termos reais" que a massa de salários das universidades públicas não deva crescer e passem a dividi-la por um divisor que pode estar razoavelmente aumentado devido à concessão feita.

A respeito de salários, é bom que lembrem que as últimas greves das universidades federais foram resolvidas também com um aumento à parte do percentual da gratificação por dedicação exclusiva. Penso que isto pode ser uma forma de diminuir o aumento global da folha de pagamento que teria que ser dado para resolver o impasse e de conquistar o apoio ou a passividade dos privilegiados, que, em geral, pouco se importam com o "achatamento" salarial dos demais.

"A gratificação por dedicação exclusiva pode ser acompanhada por disputas por privilégios"

Para agravar, corre-se ainda o risco de privilegiar a gratificação e não o salário base, como forma de atrair pesquisadores que seriam mal remunerados em outras universidades. Seria uma forma de competir pelos "melhores", tal como uma universidade particular ou um clube de futebol profissional, esquecendo-se de cuidar dos que estão começando. Seria também uma forma de não enfrentar as suas próprias deficiências e de apresentar resultados, estes sim, que têm preço, tanto em dinheiro como em desilusão dos mais novos.

Enfim, seja o que for resolvido na Uerj em relação a isso, espero que seja um exercício de autonomia universitária e não a criação de prioridades e privilégios que só virão a prejudicar o que temos até o momento, que é pouco, mas não é desprezível.

Valter Duarte Ferreira Filho
Professor Assistente de Ciência Política - IFCH/Uerj
Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ
Doutorando em Economia na UFRJ
Preparando a tese em Economia: "Obstáculo Político e Epistemológico"



Ponto de vista

Dedicação exclusiva: para que (m) serve?

*Eurico Zimbres
Gustavo Bayer
Roberto Abreu*

A década de 70 significou um período de profundas mudanças no cenário mundial das universidades. O rescaldo dos movimentos de contestação na década anterior conduziu rapidamente à massificação profissionalizante, transformando a universidade de centro de estudos avançados em instituição de ensino superior. O sentido era claro: desestruturar a universidade como incubadeira da contestação e da ciência potencialmente transformadora, tornando-a celeiro da capacitação gerencial e da ciência instrumental para o desenvolvimento do "status quo".

Já foi observado que a história, ao repetir-se, tende a transformar em farsa a tragédia original. Foi exatamente assim - como farsa - que este processo internacional se reproduziu no Brasil. Na conjuntura de uma ditadura militar-tecnocrática, movida pela ideologia do "Brasil grande", projetou-se propagandisticamente um papel central do ensino superior no "milagre brasileiro". Isto levou à forte expansão quantitativa das universidades públicas - literalmente "por decreto" - e à proliferação de instituições privadas de ensino superior. Também aqui esta massificação foi travestida de profissionalizante, fundamentada na lógica neo-desenvolvimentista da formação imediata de quadros capacitados a sustentar operacionalmente o suposto rápido crescimento da economia.

A própria falta de consistência daquele crescimento, porém, já evidenciava que a retórica do "milagre" apenas mascarava o papel real do ensino superior massificado: disciplinar os anseios de massas crescentes de jovens, já que o mercado de trabalho era insuficiente para acomodá-los espontaneamente ao "status quo". Unindo o útil ao agradável, abria-se ainda um novo e fértil campo para a acumulação especulativa, rápida e vorazmente ocupado por "empresários" do ensino.

Os efeitos de tal processo foram devastadores. Nem mesmo a retórica profissionalizante se materializou, já que ela não correspondia às necessidades concretas do mercado de trabalho. Passou então a predominar uma tendência de amesquinamento das atividades universitárias, no sentido do cumprimento burocrático de currículos formais. Eventuais necessidades reais de trabalho qualificado passavam a ser supridas não pelo ensino massificado, mas por programas seletivos (e seletos) de pós-graduação. Restou apenas um quadro desolador: uma gigantesca e pesada rede de "escolas de 3º grau", pontilhada por raras ilhas de qualidade.

Tal evolução não se deu, entretanto, sem resistências. Já desde a década de 60 questionava-se o caráter submisso das propostas de reforma do ensino no Brasil. Apon-tava-se, então, que tais propostas continham, subjacente, o objetivo de inserir o Brasil na divisão internacional do trabalho, cabendo-nos tão-somente o papel periférico de usuários do conhecimento desenvolvido nas "metrópoles" e de campo de experimentação de tecnologias de eficiência duvidosa, livrando as "metrópoles" do ônus de eventual insucesso econômico, social e ambiental.

Ao apontar para uma concepção de universidade comprometida com o desenvolvimento nacional autônomo, tais críticas questionavam, no fundo, o caráter instrumental imediatista que estava sendo imposto à universidade, tornando-a um mero local de treinamento de mão de obra, destituindo-a de todas as características criativas e inovadoras.

Ao esvair-se a ideologia do "milagre brasileiro", fica cada vez mais patente que o desenvolvimento, longe de ser uma fatalidade benéfica, é uma hipótese cada vez mais remota, e que a tendência predominante é a do crescimento da miséria. No meio universitário crítico esta constatação fortaleceu o componente ético dos seus questionamentos, enraizando a percepção de que a reconstrução da universidade passa pela reconstrução da sociedade, e vice-versa.

A realidade a ser enfrentada, porém, é dura: de um lado estão as instituições privadas de ensino superior, que não conseguiram ocupar o papel a elas reservado de formação de mão de obra qualificada e, de outro, a universidade pública que se opôs a tal papel, buscando manter-se como espaço de produção acadêmica, mas que se encontra sucateada, sendo-lhe negados os recursos indispensáveis ao seu trabalho. Se, no entanto, a universidade pública conseguiu resistir, pelo menos em tese, à orientação instrumental imediatista, não conseguiu impedir que lhe fosse imposta uma estrutura adequada a tal concepção, o que configura uma contradição entre sua forma e seus objetivos. Não é por acaso, então, que a luta pela reconstrução da universidade tenha seu eixo centrado na conquista da democracia e da autonomia necessárias para o desenvolvimento do seu projeto acadêmico.

Por outro lado, a autonomia indispensável na universidade seria reduzida a apenas uma questão abstrata, se não fosse entendida como necessária também ao trabalho nela concretamente desenvolvido, uma vez que as responsabilidades da instituição se materializam no trabalho individual de seus integrantes - professores, funcionários e estudantes. Na verdade "a" universidade passa a existir e vai sendo construída apenas na medida em que este trabalho concreto se realize no plano individual e se consolide como gestão coletiva. Não é o nome, o endereço e o CGC que fazem existir uma universidade, mas sim o espaço de ação que ela é capaz de ocupar. É óbvio que as condições e as relações de trabalho são determinantes da possibilidade de ocupação de tal espaço.

As condições de trabalho devem assegurar os elementos necessários para que os docentes possam desenvolver sua ação individual e coletiva, fixando-se, em tempo integral, no espaço físico da universidade: salários adequados, gabinete para o trabalho pessoal, ambientes próprios para atividades em grupo, bibliotecas e laboratórios especializados e atualizados, restaurante universitário e o apoio logístico necessário em termos de recursos humanos e meios de comunicação interpessoal (telefone, fax, copiadora, computador, etc.). O salário, obviamente, constitui um elemento especial dentre as condições de trabalho, na medida em que dele dependerá que o docente tenha permanentemente sua estabilidade social assegurada garantindo-lhe a tranquilidade necessária à sua ação criadora.

A relação de trabalho deve superar o binômio "patrão-empregado" em função da necessária autonomia individual e da consolidação coletiva do trabalho através de um processo de co-responsabilidade que preserve a liberdade de desenvolvimento do pensamento, da elaboração, discussão e divulgação das idéias. A vigilância burocrática deve ceder lugar à permanente avaliação do trabalho individual e institucional de modo a permitir a crítica, viabilizando a melhoria do processo e as correções que eventualmente se façam necessárias.

Com esta configuração, a universidade só pode existir fundamentada num corpo docente que em sua maioria a ela se dedique integralmente. Por outro lado, esta dedicação necessita ser regulada por uma relação jurídica de trabalho dentro de parâmetros social e historicamente vigentes, o que acarreta a sua formalização numa jornada de trabalho. A definição quantitativa desta jornada é uma questão derivada da necessidade de diferenciar a dedicação integral da parcial. A jornada de 40 horas para a dedicação integral é hoje uma convenção social, embora tal dedicação, na universidade, tenda a provocar uma simbiose entre as dimensões acadêmica e pessoal, impossibilitando, na prática, a separação do tempo dedicado a cada uma delas.

Neste contexto, a pergunta que fica é: faz sentido a "dedicação exclusiva" como formalização jurídica de regime de trabalho? Em termos de jornada de trabalho é óbvio que não. Em termos de exclusividade, também não, uma vez que nada acrescenta ao regime de trabalho, já que propõe, quando muito, assegurar a integralidade. A não ser que se esteja pretendendo isentar do cumprimento da jornada integral aqueles que não sejam beneficiados por uma remuneração extra a título de dedicação exclusiva.

Na verdade, a "dedicação exclusiva" é uma falsa questão e sua discussão não faz nenhum sentido. Ao tentarmos discutí-la conceitual e seriamente, quase nos esquecemos de sua história concreta. Ela é uma invenção casuística para dar em determinado momento um reajuste salarial aos professores das universidades federais, excluindo outras categorias, até da própria universidade. Como é de praxe em casuísmos desta ordem, tal invenção adquiriu vida própria, passando a ser fetichizada, tornando-se, pasmem, critério de avaliação da "excelência acadêmica" e de alocação de recursos pela tecnoburocracia estatal.

Portanto, se a "dedicação exclusiva" tem algum sentido é apenas, na dimensão casuística, de aumento salarial. Como tal, deve abranger a todos, não podendo admitir qualquer seletividade além da proibição de outra atividade remunerada. A não ser que se queira instrumentalizá-la para dividir a universidade em "nobres e plebeus", cabendo, naturalmente, aos "nobres" o exercício "competente" do poder.

*Eurico Zimbres é Professor Assistente do Instituto de Geologia e Geofísica da Uerj e Doutorando em Geologia na USP.
Gustavo Bayer é Professor Auxiliar da Faculdade de Administração e Finanças e da Faculdade de Economia da Uerj. É graduado em Ciências Políticas pela Universidade Livre de Berlim.
Roberto Abreu é Professor Assistente do Instituto de Matemática e Estatística - Uerj e pós-graduado em Análise de Sistemas pelo COPPE-UFRJ.*

Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio*

Lená Medeiros de Menezes

Rio de Janeiro, final do século XIX. Tempos de mudança que se inserem na conjuntura da vitória do capitalismo. Tempos nos quais se alteram os costumes, no bojo de uma modernização pautada pelo modelo europeu. Tempos nos quais a perseguição ao progresso torna-se um lema e a manutenção da ordem uma preocupação do dia-a-dia.

Perseguindo a capoeiragem, impedindo a livre circulação dos animais, reprimindo festas tradicionais, derrubando cortiços, abrindo avenidas, higienizando a vida, construindo cafés, cinemas, confeitarias e bordéis, e buscando a disciplinarização do viver, o Rio se embeleza e se posiciona como uma das capitais do mundo moderno. Novos personagens invadem o cenário urbano e, dentre estes, novos marginais. Ladrões, punquistas, vigaristas, falsificadores, vendedores de ópio, prostitutas e "caftens" tornam-se figuras sempre presentes no vai-e-vem das ruas, pressionando as autoridades policiais a atuar, cada vez mais com maior vigor, na defesa da ordem e da tranquilidade públicas.

Tornar-se uma das capitais do mundo significou inserir-se na divisão internacional do trabalho, mas significou, também, estar presente em outros circuitos internacionais, desviantes e criminosos, mas nem por isto desvinculados da lógica do Imperialismo. O tráfico de brancas é um dos exemplos, não só pela amplitude dos países envolvidos, como pelo caráter empresarial e monopolista de que se revestiu, garantindo a renovação constante e competente dos produtos colocados no mercado. Ao mesmo tempo mercadoria e

máquina produtora do prazer, a mulher foi comercializada como outra mercadoria qualquer, garantindo o enriquecimento fácil com investimentos iniciais muito pequenos.

Vários homens e mulheres vieram ter ao Rio de Janeiro por intermédio deste comércio internacional, constituindo-se em contingente à parte no fluxo da grande imigração então ocorrida. O Rio de Janeiro destacou-se como um ponto terminal para muitas mulheres que iniciaram seu processo migratório nas distantes aldeias europeias. Estas histórias de vida estão narradas nos processos de expulsão movidos pelas autoridades policiais pela prática de lenocínio entre os anos de 1907 e 1930.¹

Laura Martinez era austríaca, solteira e alfabetizada. Tinha 22 anos quando depôs no processo movido a Generoso D'Amato. Seguindo o depoimento prestado, ela fora raptada da casa de sua família pelo acusado e viajara para Buenos Aires em sua companhia, vivendo com ele durante um mês. Findo este tempo, fora levada para um quilombo naquela cidade e lá deixada sem dinheiro e sem condições de sobrevivência, tendo então começado a vida na prostituição.²

Cissie Gutteridge era menor de idade quando chegou ao Rio de Janeiro, e não falava português. Em virtude de um desentendimento com os pais, fugira de casa e fora para Londres, onde viveu com um homem de nome Levy. Este a vendeu a Laura Schunkler que a trouxe para o Rio de Janeiro, instalando-a na casa que administrava e obrigando-a a viver na prostituição.³

Laura e Cissie, duas meretrizes desenraizadas de sua terra natal por agentes internacionais. Duas mulheres sós e sem condições de sobrevivência, traficadas como simples mercadorias. Uma raptada, proveniente da Europa centro-oriental; outra vendida, vinda da Europa ocidental. Dois exemplos de uma atividade criminosa que englobou toda a Europa e o mundo por ela penetrado. Duas mulheres que vieram ter ao Rio de Janeiro no início do século por um criminoso tráfico internacional.

Paris no Ocidente e Odessa na Europa de leste eram os principais pontos de referência. Paris posicionava-se como o foco de irradiação das novas concepções do prazer. Odessa era o ponto de reunião e dispersão dos traficantes das regiões balcânicas e orientais, a maioria dos quais constituída por judeus. Marselha era ponto de passagem obrigatório de várias rotas, constituindo-se no principal porto de embarque dos extremos ocidentais. Nápoles, pelo menos até 1914, era ponto de convergência da Itália meridional. Buenos Aires era o centro de distribuição para toda a América do Sul, e o Rio de Janeiro, finalmente, era um dos inúmeros pontos de chegada.

Barnet Goldberg, o "rei dos caftens", polonês de 58 anos, procedente de Varsóvia, declarou-se negociante em seu auto de declaração. Residente à Rua do Núncio, número 13, dividia suas atividades entre as cidades do Rio de Janeiro e Santos. Foi expulso em 1927, após processo instaurado no qual se registravam várias prisões anteriores no Rio e em capitais do cone sul, dentre as quais, Buenos Aires.⁴

A maioria das mulheres provinha da Espanha, Polônia, França, Rússia, Itália, Áustria e Alemanha, nesta ordem de importância, segundo as fontes consultadas. Os "caftens", segundo as mesmas fontes, eram, principalmente, russos, italianos, franceses, portugueses, espanhóis e poloneses. Entre a Europa ocidental e a centro-oriental havia a distância entre dois mundos muito diferentes: um industrial e desenvolvido, no qual o trabalho se afirmava como um valor social; outro agrícola e dependente, com o peso da tradição servil.⁵ Em um a prostituição já adquiria contornos profissionais; no outro, a mulher era traficada como simples mercadoria lucrativa.

Se em relação às francesas, belgas e inglesas, a prostituição configurava-se, em muitos casos, como alternativa de vida passível de possibilitar melhores condições de sobrevivência imediata do que o mundo formal do trabalho, o mesmo não se aplicava às mulheres provenientes das Europas central, oriental e mediterrânea. Em todos estes países miséria camponesa e prostituição eram elementos sempre profundamente inter-relacionados. Seduzidas, raptadas ou simplesmente compradas, estas mulheres iniciavam um penoso caminho sem volta ao se desligarem de suas aldeias, caminho bastante diferenciado das "cottes" francesas que se deslocavam para a América para fugir à concorrência européia e que podiam sonhar com a tranquilidade e o conforto na velhice, por vezes, até com a possibilidade de uma vida "respeitável".

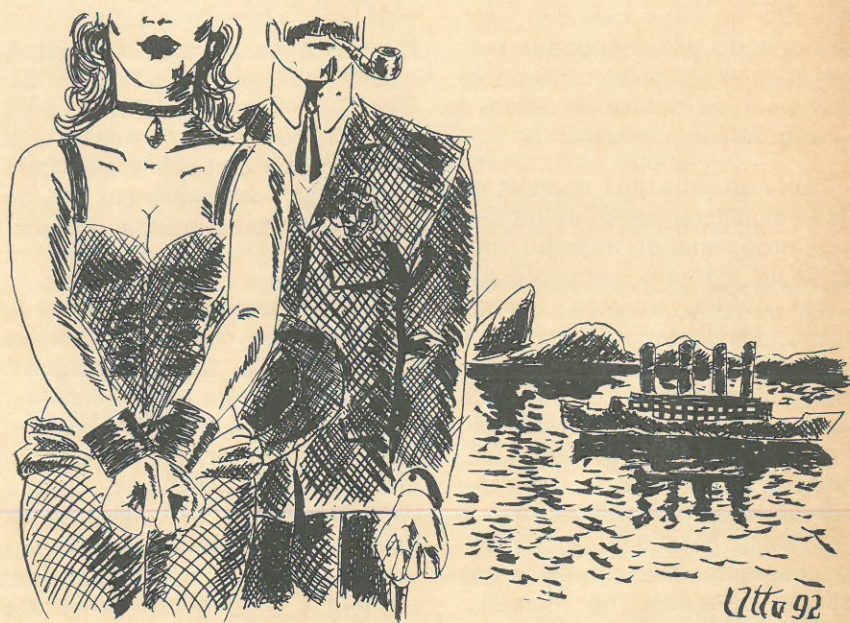
As imagens da "francesa", ainda que nem todas assim caracterizadas o fossem de fato e da "polaca", ainda que como polacas estivessem caracterizadas várias mulheres de outras nacionalidades, retratavam o universo da prostituição carioca.⁶ Esta polarização demarcava os pontos extremos de uma hierarquia estabelecida e localizada geograficamente no caminho que conduzia das "pensions" da Glória, Flamengo e

Catete, através da Lapa e dos eixos das ruas Mem de Sá, Riachuelo e Visconde do Rio Branco, em direção aos prostíbulos da Zona do Mangue e adjacências, à medida que a repressão policial deslocou a prostituição dos eixos comerciais, buscando circunscrevê-la nas áreas periféricas a eles.

A história da repressão ao lenocínio acompanhou toda a conjuntura da República oligárquica, figurando como preocupação de primeira ordem para as autoridades policiais, ainda que a atuação da polícia se tornasse inócua devido à tolerância à prostituição, considerada "mal necessário" ou, no dizer de um médico da época, "um benefício à honra e probidade do lar e das famílias que tinham nela uma válvula de segurança."⁷

Dentre as mulheres estrangeiras que alegravam os espetáculos noturnos, faziam o "trottoir" nas ruas ou "trabalhavam" nos bordéis, sobrepunham-se não apenas motivações diferentes, mas também condições e expectativas muito diferenciadas. Idéias bastante contraditórias e nebulosas, por outro lado, povoavam e continuam a povoar o universo das relações existentes no mundo da prostituição, fazendo com que em nível da mentalidade coletiva algumas imagens

tenham ficado consagradas e outras tenham sido interditas, dentre as quais a prostituição por opção, por exemplo, ainda que no início do século a profissionalização dos fazeres tenha atingido, também, o sexo. Inúmeras cartas anexadas aos processos falam de amor e de paixão das prostitutas por seus "caftens" e destes por aquelas, e não traduzem qualquer menção à existência de violências físicas, ficando explicitado que as mulheres envolvidas, desta ou daquela maneira, compactuavam com a situação. Os enquadramentos mentais sobre as questões de gênero e a moral burguesa, porém, firmaram na mentalidade popular somente as imagens da "vítima" e do "algoz", possivelmente pela necessidade de "justiciamento" das mulheres "pecadoras" e pela negação de sua sexualidade. Também nestes aspectos, "francesas" e "polacas" representavam realidades muito diferenciadas. Todas as cartas encontradas são correspondência trocada entre ocidentais. Se o amor temperava a exploração no ocidente europeu, o medo era elemento permanente entre prostitutas e "caftens" provenientes das bandas orientais, pelo menos é o que demonstram os depoimentos de época.



Assim, várias realidades e imagens cruzavam-se, fundiam-se e chocavam-se numa cidade de muitos contrastes e imobilismos. Liberdade e escravidão eram estados que coexistiam e dialogavam na lógica do capitalismo dependente presente no Rio de Janeiro. Ainda que o discurso do progresso buscasse colocar o "trem da História" nos trilhos, a "Belle Epoque" não era só luxo, refinamento, liberdade e prazer. Havia uma outra História, a dos excluídos,⁸ que só recentemente começou a ser escrita. O trabalho que serviu de base a este artigo é uma modesta contribuição.

* O título deste artigo é o mesmo do trabalho com o qual a autora foi premiada em 1º lugar no Concurso Nacional de Pesquisa realizado pelo Arquivo Nacional no ano de 1991, e que teve por fontes primárias básicas processos policiais.

NOTAS E REFERÊNCIAS

(1) O ano de 1907 é o ano do decreto número 1641, a conhecida "Lei Gordo" que regulamentou a expulsão e 1930 marca o fim da República oligárquica.

(2) BRASIL ARQUIVO NACIONAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Pacote LJJ'152. Processo de Generoso D'Amato.

(3) BRASIL ARQUIVO NACIONAL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Pacote LJJ'176. Processo de Laura Schunkler.

(4) BRASIL ARQUIVO NACIONAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Pacote LJJ'134. Processo de Barmet Goldberg.

(5) A servidão na Europa centro-oriental estendeu-se até o século XIX. Foi abolida no Império Austró-húngaro em 1848 e no Império Russo só nos anos sessenta. A Polônia, por sua vez, não existia enquanto Estado independente até 1919 e grande parte de seu território estava dominado por estes dois impérios.

(6) O universo da prostituição carioca englobava também muitas mulheres brasileiras, presentes não só nestas áreas, mas também em outras, nas quais as estrangeiras eram minoria. Estas mulheres não foram analisadas por fugirem aos objetivos do trabalho.

(7) J.F. de Souza. *Memória sobre as medidas a adotar contra a prostituição no país*. Rio de Janeiro, 1896.

(8) A categoria de "excluídos" da História inclui trabalhadores, mulheres e criminosos. A revolução das fontes que acompanhou a definição da História Social como campo específico da História permitiu que novas fontes, dentre as quais os processos criminais, "deixassem falar" segmentos sociais antes ausentes das obras históricas. Ver Michelle Perrot. *Os Excluídos da História*. Operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo, 1988 (Oficinas da História).

Lená Medeiros de Menezes é Professora de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Uerj. Mestre em História pela UFF e Doutora em História Social pela USP.

Academia

Sono e vigília

Ricardo Santos

O conhecimento sobre o sono tem alcançado significativos avanços nos últimos anos, com nítidos reflexos sobre alguns distúrbios físicos e psíquicos até então pouco compreendidos. Representando um período de descanso, cíclico, necessário e inerente ao organismo, o sono está longe de indicar um estado passivo do cérebro, correspondendo antes a um conjunto de fenômenos ativos e com fases bem distintas e características, organizadas de modo a constituir uma arquitetura de sono normal.

Os mamíferos, desde os marsupiais mais primitivos até o homem, além do estado de vigília, apresentam duas fases no seu período de sono, quais sejam: o sono lento ou leve, também denominado sono Não-REM e o sono paradoxal ou de movimentos oculares rápidos, também conhecido como sono REM (REM = Rapid Eyes Movements). Essas fases são qualitativamente diferentes e, provavelmente, envolvem mecanismos e funções distintas. Em macacos e no homem, a fase de sono Não-REM ainda apresenta quatro estágios diferentes, com padrões característicos de atividade elétrica cerebral, quais sejam: o estágio 1 ou de sonolência; o 2 ou de sono leve e os 3 e 4, ou estágios de sono profundo. No homem adulto, ocorrem quatro a seis ciclos de sono Não-REM e REM durante uma noite, cada ciclo começando na fase de sono lento e terminando ao final do sono REM, com duração média de aproximadamente 90 minutos. Na arquitetura de sono normal, os primeiros ciclos da noite são mais longos que os últimos, próximos ao reinício do estado de vigília.

Além da persistência de certo grau de tônus muscular na fase de sono Não-REM, em contraposição à atonia muscular associada à fase REM, as fases e estágios do sono apresentam diferenças em relação às frequências respiratória e cardíaca, níveis de pressão arterial, temperatura corporal; taxas de metabolismo e fluxo sanguíneo cerebral, ciclo de secreção de hormônios, como o hormônio do crescimento, cuja secreção está associada aos estágios três e quatro do sono Não-REM, entre outros parâmetros observados.

Um aspecto que desperta bastante interesse é a associação entre sono paradoxal e os sonhos. No passado, acreditava-se que os sonhos eram pouco frequentes, e, ainda hoje, muitas pessoas pensam que não sonham, por uma ou várias noites. Hoje, com o avanço nesta área, sabe-se que o sonhar ocorre com frequência durante todo o período de sono REM, podendo ocorrer em menor frequência na fase Não-REM. A dificuldade reside em recordar os sonhos, sendo mais fácil recordar os que ocorrem nos últimos períodos de sono REM.

Outro aspecto bastante interessante refere-se à arquitetura do sono em diferentes épocas da vida. Hoje, sabe-se que, no homem, os recém-natos apresentam 50% do tempo de sono total ocupados pelo sono REM, diminuindo para 19% em torno dos quarenta anos. Assim, o recém-nato apresenta oito horas diárias de sono REM, em contraposição a aproximadamente uma hora por dia no indivíduo em torno dos setenta anos de idade.

Uma pergunta tem intrigado os pesquisadores há muito tempo. Qual seria o papel funcional do sono? É indiscutível que o sono possibilita a recuperação da energia dispendida na vigília prévia. Mas será só isso? Essa pergunta tem gerado muitas controvérsias e hipóteses acerca do papel funcional do sono e de suas fases, como o sono REM, embora até hoje não tenhamos respostas satisfatórias.

Tentativas de estudar os mecanismos do sono REM e suas possíveis funções no organismo

podem indicar uma correlação entre essa fase de sono e a memória. Assim, o processo de consolidação da memória estaria relacionado à ativação cerebral que ocorre nessa fase de sono. A crítica a esses estudos considera que os resultados de diminuição da memória poderiam na verdade representar o comprometimento da performance dos animais, não podendo ser considerados conclusivos.

Uma das constatações mais interessantes dos estudos de privação foi a de que a privação de



têm utilizado a privação seletiva dessa fase do sono, tanto em homens como em animais de laboratório. Inicialmente desenvolvida por Dement no ano de 1960, em voluntários humanos, a técnica consiste em suprimir essa fase do sono logo que ela comece. Isso é feito acordando-se o indivíduo no momento em que o eletroencefalograma registre o padrão característico do sono paradoxal. Após a privação de sono REM, diversos estudos podem ser realizados, como, por exemplo, os efeitos da privação de sono REM sobre diversos padrões comportamentais. Assim foi possível observar que a privação de sono REM provoca ansiedade, irritabilidade e dificuldade de concentração. Alguns autores sugerem que a diminuição provocada pela privação do sono REM na aprendizagem e na me-

sono REM melhora o quadro depressivo em pacientes com depressão primária ou distúrbios relacionados. Na realidade, embora a privação de sono REM produza melhora mais duradoura nos sintomas da depressão, a privação de sono total e outros esquemas de privação são de mais fácil execução e têm sido utilizados com mais frequência.

Posteriormente aos estudos de privação em pacientes deprimidos, outros trabalhos evidenciaram um encurtamento do tempo de aparcimento (latência) do sono REM, configurando uma arquitetura anormal do sono. Essa diminuição de latência tem sido apresentada como característica biológica da depressão primária. Outro aspecto a considerar é o de que o lítio e a imipramina, duas drogas com ação

antidepressiva, lentificam o ciclo sono-vigília e atrasam os ritmos biológicos de secreções neuroendócrinas, fatos que podem estar relacionados à melhora dos sintomas depressivos que provocam.

Em 1975, em nível internacional, foi criada a Association of Sleep Disorders Centers, cujo Comitê de Classificação de Distúrbios do Sono elaborou uma classificação diagnóstica que vem sendo amplamente utilizada. Comentários sobre esta classificação fogem ao propósito deste artigo mas, de um modo geral, os distúrbios do sono e vigília são classificados em quatro grandes grupos, a saber: os distúrbios do iniciar e manter o sono (insônias); os distúrbios de sonolência excessiva; os distúrbios do padrão sono-vigília (que envolvem, por exemplo, a mudança rápida de fuso horário, entre outras síndromes) e as disfunções associadas ao sono, estágios do sono ou despertares parciais (que envolvem, por exemplo, o sonambulismo, o terror noturno, bruxismo, etc.).

Os Centros de Distúrbios do Sono têm se desenvolvido amplamente em todo o mundo, trazendo ajuda, orientação e, certamente, desenvolvendo pesquisas numa área relativamente nova e promissora.

REFERÊNCIAS:

- (1) DEMENT, W. (1960). The effect of dream deprivation. *Science*, 131: 1705-1707.
- (2) MCGINTY, D.J. (1982). Sleep mechanisms: biology and control of REM sleep. *International Review of Neurobiology* 23: 391-436.
- (3) REIMÃO, R. (1990). Sono - Aspectos Atuais. Atheneu Editora, Rio de Janeiro, p. 289.

Ricardo Santos é Prof. Adjunto de Farmacologia do Instituto de Biologia da Uerj, Mestre em Biofísica pela UFRJ, doutor em Psicofarmacologia pela Escola Paulista de Medicina.

Academia

Flora

Verbetes do Dicionário Mítico-Etimológico da Religião Romana, editado pela Civilização Brasileira

Junito Brandão



FLORA, *Flora*, é um derivado de *flos*, *floris*, *flor*, cujo elemento radical é *bhlo*, que expressa a idéia de "brilhar, florir". O vocábulo aparece no itálico: *osco* (*fluso*), "*Flóro*", *Fluusaí*, "*Florae*", *Fiu-usasíais*, "*Flóralibus*"; sabino *Flu-sare*, "*Flórali*"; inglês antigo *blōstia*, "*flor*"; gótico *blōma*, "*flor*"; alemão antigo *bluot*, "*floração*", *DIELL.*, 241. *Flora* é, pois, a deusa das flores, a potência da vegetação, que provoca a floração das árvores e dos campos.

Uma das divindades latinas mais antigas, integrava as doze, às quais, consoante Varrão, *R. Rust.*, 1,1,6, o rei sabino Tito Tácio mandou erigir um altar em Roma.

Flora representava o eterno renascer da vegetação na primavera e, neste sentido, presidia a floração tanto dos cereais como da videira, árvores frutíferas e plantas ornamentais, defendendo-as de certas moléstias, sobretudo da alforra, como está em Varrão, *R. Rust.*, 1,1,6: *Quarto Robigum ac Floram, quibus propitiis neque robigo frumenta atque arbores cor-*

rumpti, neque non tempestiue florent - Em quarto lugar (invocarei) Robigo e Flora, para que, sendo eles propícios, a alforra não destrua os grãos e as árvores e nem estas floresçam extemporaneamente.

O culto prestado à deusa das flores tinha por escopo colocar as plantações e particularmente as searas sob a proteção divina. Entre as populações sabinas era-lhe consagrado o mês de abril e, em Roma, suas festas celebravam-se em épocas idênticas. Sacrificavam-se-lhe ovelhas num antigo templo do Quirinal. Ali oficiava um dos doze *flamines minores*, flâmines (v.) menores, o *Flamen Floralis*, o Flâmine Floral, que, segundo se relata, o rei Numa criara expressamente para servir à divindade tão importante. Os Oráculos Sibílicos (v. Sibila), consultados no século II aC., após uma seqüência de colheitas malogradas, alteraram um pouco o culto da deusa. Consagrou-se-lhe novo templo e sua festa, *Floralia*, as *Florálias*, se fixaram no dia 28 de abril. Diga-se de passagem que tão concorridas celebrações em homenagem a Flora, pelo fato mesmo de se comemorarem num clima de liberação das sementes e das flores (como nas *Antestérias* dionisiacas, v. *DIMEG.*, p. 78sq.), e por visarem à fertilidade, provocavam, *ipso facto*, uma libertação de interditos bem como de tabus e de convenções de ordem ética, promovendo determinadas *obscena*, certas "licenciosidades" não permitidas na vida diária. Para não citar outras, recorde-se apenas a observação estampada em *Vet. Poeta in Anthol. Lat.*, t. I, p. 454: *Floralia ludere dicuntur pueri cum se invicem incestant aut masturbant* - Dizem que os meninos se divertem nas *Florálias*, quando mutuamente se corrompem ou reciprocamente se masturbam - o que equivale, simbolicamente, à liberação da semente.

Na mesma data, mas estendendo-se até o dia 3 de maio, se completavam as festas de Flora com os *Florae ludi*, os "Jogos de Flora", como lhes chama Varrão, *R. Rust.* 1,1,6: *Itaque publice Robigo feriae Robigalia, Florae ludi Floralia ins-*

tituti - Assim, em homenagem a Robigo, se instituíram as festas solenes das *Robigálias* e, em honra de Flora, os Jogos denominados *Florais* - de que, aliás, participavam até as cortesãs.

Ovídio, inteligentemente, "helenizou" o mito da deusa das flores. Alterou-o; deu-lhe outra indumentária, mas, com tal expediente, enriqueceu-o com novos episódios, como se fossem variantes latinas. Com efeito, o poeta, *Fast.*, 5,20sq.; 195sq., jogando com falsa etimologia, tentou identificar Flora com a ninfa grega Clóris, transformando esta última em protagonista de um drama de amor. Num dia primaveril, relata o autor da *Arte de Amar*, em que Flora-Clóris percorria despreocupadamente as campinas verdejantes, o vento Zéfiro, padrinho das chuvas da primavera, a viu e, apaixonado, a arrebatou, casando-se com ela. Concedeu-lhe, por amor, reinar sobre todas as flores. O mel e todas as variedades de sementes passaram, desde então, a ser um dom da esposa de Zéfiro. Esta criação poética de Ovídio está calcada num mito grego: o rapto de Oritia, filha do rei ateniense Erecteu, pelo impetuoso vento Bóreas (v. *DIMEG.*, p. 162, s.u. Bóreas).

O poeta latino, todavia, vai mais longe: Flora foi a responsável pelo nascimento partenogênético do deus Marte. É que Juno, profundamente magoada com o "parto" de Minerva, da cabeça de Júpiter, solicitou o concurso da deusa das flores, das sementes e do mel no sentido de dar à luz um filho sem participação do marido. Flora prontamente lhe forneceu uma flor, que, a um simples toque, provocava a gravidez. Foi assim que Juno, sem se unir ao marido, foi mãe do deus cujo nome preside o primeiro mês do antigo ano latino e o primeiro da primavera: *Mars*, - *tis*, "Marte", poético *Mauortius* > *Martius* > *Martiu* > *marco*.

Junito Brandão é professor adjunto do Departamento de Letras Clássicas e Orientais do Instituto de Letras da Uerj, professor de Pós-Graduação da PUC, Doutor e Livre Docente em literatura grega.

Atualização permanente: a universidade desafiada

Hernani A.F. Chaves

O progresso das ciências se verifica não só com a troca de paradigmas e as revoluções científicas a elas associadas, como postulado por Kuhn, mas também por avanços pequenos, freqüentes, muito menos espetaculares, de caracterização mais difícil. Embora passando muitas vezes despercebidos, o seu somatório resulta em mudanças drásticas. O recente desenvolvimento da tecnologia da informação, em si uma mudança silenciosa e despercebida da maioria, muitas vezes confundida com o desenvolvimento dos computadores, é um bom exemplo dessas mudanças. Esse desenvolvimento, associado à velocidade de novas descobertas científicas nos últimos 30 a 40 anos, transformou totalmente o tecido da pesquisa científica e da comunicação especializada, tanto ou mais quanto a invenção da imprensa mais de 500 anos atrás. Em decorrência, instituições científicas e sociais são forçadas a se adaptar, mudando radicalmente sua forma de atuação e gerência, para que possam continuar agindo dentro dos objetivos a que se propõem.

Com a aplicação das novas tecnologias da informação, surgem novos problemas, ou mesmo velhos mas reformulados, exigindo novas soluções. O senso comum, em análises apressadas, atribui à tecnologia dos computadores a causa principal que governa as mudanças encarnadas pela assim chamada revolução eletrônica ou informática. Na verdade, a tecnologia apenas abre o leque das possibilidades e o que realmente conduz a reformas são a nossa criatividade e as escolhas que faremos ao adotar e aplicar as novas tecnologias. Devido ao enorme leque de opções disponíveis e à velocidade com que se modificam e permutam, saber o **porquê** fazer se

torna mais importante e desafiador que dominar o **que** fazer.

Nesse contexto, não surpreende que a obsolescência tecnológica se instale facilmente, atingindo profissionais de mesma formação básica, mas atuantes em áreas de especialização diferentes, inclusive os que se dedicam ao ensino. Desta forma, a Universidade se depara com um duplo desafio: encontrar meios que lhe permitam o preparo dos novos profissionais devidamente preparados para utilizar os conhecimentos e teorias mais recentes, ao mesmo tempo em que proporciona oportunidades de educação continuada, a atualização permanente, nas quais se ofereçam meios de reciclagem e atualização aos formados e titulados a mais tempo.

A Geologia realça, de forma acentuada, o desafio de encontrar novas soluções. Os geólogos são treinados para reconhecer e interpretar o passado geológico, isto é, os eventos importantes ocorridos na Terra, nos últimos bilhões de anos, e quais as tendências de evolução de nosso planeta. Nos últimos 300 anos, uns poucos conceitos, simplificações e teorias "revolucionárias" modificaram, de forma profunda e definitiva, a forma como raciocinamos, reconhecemos e interpretamos os processos geológicos que esculpiram a história da Terra e como atuarão os eventos geológicos futuros, com base em nosso conhecimento do passado. O "Uniformitarismo" e a "Teoria da Evolução" são exemplos clássicos destas "revoluções".

A partir de 1957, o Ano Geofísico Internacional, associado à exploração costa-a-fora para petróleo, proporcionaram uma quantidade crescente de informações que levaram à revisão dos paradigmas de interpretação geológica, com novas teorias, como a "Tectônica de Placas" ou a "Estratigrafia de Sequências".

Na Geologia, além disso, não há uma distinção clara entre as atividades de pesquisa científica e as de exploração. O grande número de dados coletados pelas atividades sistemáticas da exploração econômica dos bens minerais leva, muitas vezes, fora dos laboratórios de pesquisa, à necessidade de formulação de novas hipóteses de trabalho e ao questionamento de teorias bem aceitas. As novas tecnologias da informação destacam, mais facilmente, as contradições e discrepâncias existentes nos dados e nas interpretações.

Consciente desses desafios, o Departamento de Geologia/Geofísica da Uerj vem buscando soluções tanto na área de graduação como na área de pós-graduação. Na graduação há: a preocupação constante com a atualização dos currículos; o estímulo à pesquisa científica pelo corpo docente, com a participação dos alunos; oferta de trabalhos de campo aos alunos nas diversas disciplinas, chegando a 180 dias ao longo do ano letivo. Desta forma, todo graduando participa de cerca de um semestre de campo ao longo do curso, sendo pelo menos 30 dias no trabalho final de graduação.

Na área de pós-graduação, já foi instalado o Laboratório de Análise de Bacias e Correlação Geológica (LABCG), com o duplo propósito de: 1) desenvolver estudos e pesquisas referentes à geologia sedimentar e 2) oferecer um programa permanente de atualização profissional nessa área. Sua linha principal de atuação visa desenvolver, de forma permanente, pesquisas de integração de dados em geologia sedimentar para melhor compreensão dos sistemas e processos deposicionais e tectônicos que interagem na formação das bacias sedimentares, determinando a ocorrência de recursos minerais e energéticos.

O LABCG deverá ser um centro de excelência em estudos e pesquisas em geologia sedimentar, colocando modernos recursos tecnológicos, particularmente na área de processamento de dados e computação gráfica, à disposição de geólogos experientes na área de geologia sedimentar, de petróleo, de carvão, etc., para o estudo de problemas específicos de bacias sedimentares brasileiras e da América do Sul, por meio da holoestratigrafia, isto é, do tratamento integrado dos eventos da bio, lito e quimio-estratigrafia, da sedimentação e da tectônica em bacias sedimentares.

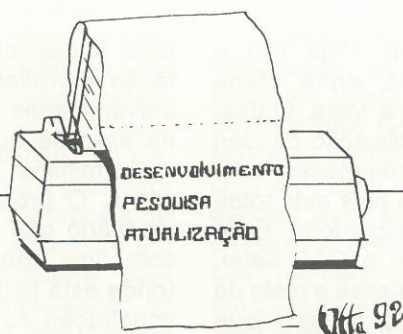
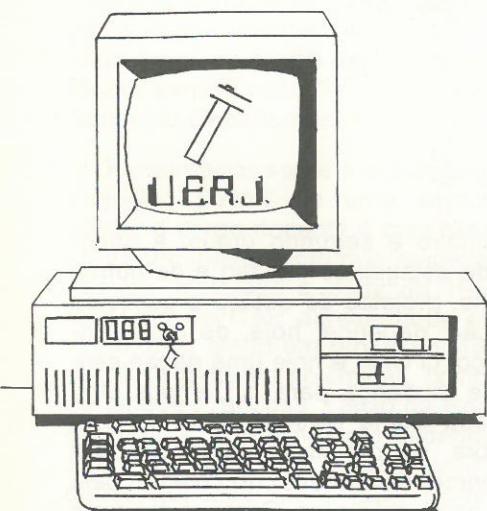
O aspecto mais importante do programa permanente de atualização profissional é um novo enfoque de ensino, abrindo oportunidade ímpar à colaboração Universidade-Empresa, permitindo à comunidade acadêmica exercer o papel de fer-

doutorado. Dentro deste ponto de vista, mesmo profissionais já titulados poderão participar dos cursos que oferecerão a participação direta nos projetos de pesquisa, seja nos trabalhos de laboratório ou de campo. A nosso ver, a proposta é inteiramente nova no país e atende, ainda, às necessidades das empresas que não possam conceder a seus técnicos o mencionado período de afastamento. O primeiro curso deverá se realizar de março a agosto do próximo ano, com participantes selecionados em novembro do corrente ano.

Os seminários de curta duração sobre tópicos específicos como as áreas de Processos e Sistemas Depositionais, Lito e Bioestratigrafia, Análise Quantitativa de Dados Geológicos, Exploração Geofísica e Geoquímica e outros, servirão não só para a atualização profissional como para fomentar o intercâmbio, em ní-

Uerj vem preencher uma lacuna na comunidade acadêmica, não só no país, mas em toda a América Latina. O tratamento integrado das informações geológicas, geoquímicas e geofísicas a que se propõe o LABCG resultará em um procedimento diferenciado para o estudo de Processos e Sistemas Depositionais ora em desenvolvimento nos meios universitários do país. Contando entre seus colaboradores permanentes e visitantes, nos cursos e pesquisas, profissionais e pesquisadores com experiência nas atividades de empresas de exploração mineral e energética, muitos deles pioneiros em suas especialidades e de qualificação reconhecida internacionalmente, o laboratório deverá funcionar como fulcro dessas atividades, elemento de integração Universidade/Empresa e como pólo de atração para profissionais e pesquisadores. Desta forma será estabelecido um mecanismo de transferência que leve aos meios acadêmicos, de forma sistemática, o conhecimento específico acumulado pela indústria, permitindo a formação, aperfeiçoamento e atualização, nesta área, de geólogos vindos tanto do meio universitário como da própria indústria.

Há que considerar, ainda, que o Rio de Janeiro, com sua vocação de pólo de serviços, tem condições excepcionais para instalação de um centro de excelência relacionado a esse assunto, por apresentar um conjunto significativo de recursos humanos e materiais, estes relacionados com equipamentos e com os indispensáveis dados geológicos, geofísicos e geoquímicos, os quais servirão de matéria prima para os trabalhos de pesquisa.



mento ou cadinho de novos progressos tecnológicos.

O curso de pós-graduação, *sensu lato*, com especialização em Análise Integrada de Bacias Sedimentares, se destina, principalmente, à atualização de profissionais atuantes e professores de geologia brasileiros e da América Latina. Estes profissionais, muitas vezes, não podem ou não desejam dispor de três a cinco anos de sua vida profissional, em tempo integral, para atender aos requisitos de uma graduação em nível de mestrado ou

vel nacional e internacional entre universidades, instituições de pesquisa e empresas. Assim, foi realizado o I Encontro de Análise de Bacias da Uerj, em setembro de 1991, com expositores convidados da Universidad de San Juan, Argentina, da PETROBRÁS, da CPRM e da própria Uerj. O II Encontro, em setembro de 1992, já está sendo organizado e deverá contar com convidados do Canadá e Estados Unidos.

O Laboratório de Análise de Bacias e Correlação Geológica da

Hernani A. F. Chaves é pesquisador bolsista da FAPERJ, lotado no Departamento de Geologia/Geofísica da Uerj, no Laboratório de Análise de Bacias e Correlação Geológica (LABCG). Ex-Presidente Científico do Programa Internacional de Correlação Geológica (IUGS/UNESCO).

CAP: e por falar do feio...



Matéria de capa da revista Veja Rio e entrevista com a diretora Anna Maria Senna no Jô Soares Onze e Meia. O destaque que o Colégio de Aplicação da Uerj obteve na grande imprensa, nos últimos meses, num momento em que o ensino público no país está totalmente desacreditado, é no mínimo espantoso. Esse espanto se duplica ao se constatar que o CAP sofre, hoje, muito dos problemas pelos quais passa o resto da rede pública de ensino: falta de estrutura física (que provocou a interdição do prédio onde estudam os alunos do ginásio e segundo grau, na Barão de Itapagipe, por quatro dias) e material.

Alunos e pais são unânimes em apontar como principal razão para esse sucesso a qualidade do corpo docente, responsável pelo desenvolvimento de um projeto pedagógico que acompanha o aluno do C.A ao segundo grau e faz da aprovação no vestibular — fato pelo qual a mídia voltou sua atenção para o colégio — uma mera consequência.

A manutenção dessa qualidade, que envolve além do desenvolvimento de novas metodologias de ensino

para alunos de primeiro e segundo graus; a orientação e avaliação de estagiários da Uerj e de outras universidades do Rio, projetos de ensino e pesquisa na área de educação, depende, hoje, de uma condição mínima: espaço. O CAP é hoje uma nação sem pátria. O projeto de mudança para o Campus Universitário que em sua última versão previa a troca, com uma construtora, do prédio da Haddock Lobo (onde está hoje o primeiro segmento do colégio) pela construção de um novo prédio no Campus foi mais uma vez adiado pelas agruras da conjuntura econômica, prolongando no colégio um eterno clima de provisoriade. Uma provisoriade que pode tornar-se trágica, segundo uma de suas alunas, Marianna, 18 anos, Vice-Presidente do Grêmio Estudantil: "se pegar fogo nesse prédio, vai morrer todo mundo aqui dentro, porque não tem como sair, só tem uma saída de emergência e está desativada".

Trabalhando atualmente com as turmas de segunda série do primeiro segmento, o professor José Gondra analisa a situação: "O CAP é uma escola que destoa do restante da rede pública do ponto de vista dos resultados. Então, é preciso buscar um pouco as condições de trabalho que existem nesta instituição

que diferem das demais. O regime de trabalho, a formação dos professores, a questão salarial e a própria qualidade dos alunos; é uma clientela que tem uma origem social diferente. E, quando você combina as condições de trabalho, onde os professores produzem com esse aluno que tem uma origem mais próxima do universo cultural com o qual a escola trabalha, você termina tendo resultado. Porém, o resultado, quantitativamente, não diz tudo. Quantos alunos concluem o segundo grau e quantos alunos estão na quinta série? Temos seis turmas de quinta série e três de segundo grau. Alguma coisa acontece aí. Há evasão, há reprovação em massa, há jubilação no colégio, o aluno não pode ficar reprovado duas vezes na mesma série. Eu acho que estas coisas devem de alguma forma aparecer. Porque o resultado que aparece é o do bom colégio, já que o aluno que não consegue acompanhar as regras sai da escola e não aparece como resultado".

PLURALIDADE ACADÊMICA

A estrutura do CAP/Uerj é departamentalizada. Os professores preparam seus programas no âmbito de suas disciplinas e estes são posteriormente discutidos pelos departamentos. Além das questões de caráter mais geral, que são discutidas e aprovadas por um fórum sem função especificamente pedagógica, o Conselho Departamental.

Perguntados sobre a elaboração de um projeto pedagógico dentro de uma estrutura departamentalizada, o corpo docente é consoante ao afirmar tratar-se de um instrumento que respeita a pluralidade acadêmica. Instalado a partir de 1986, a departamentalização do CAP apresenta-se como um fato bem-vindo, mas ainda em processo, não escapando a significativa fonte de polêmicas, como afirma o professor de Língua Francesa, Décio da Rocha: "a proposta de reestruturação do modelo pedagógico, entendido em todas as suas implicações, políticas inclusive, vem sendo discutida desde 1986. Houve a implantação do sistema departamental e foi sem dúvida uma matéria polêmica na ocasião, como o é até hoje."

No CAP, os dirigentes são eleitos por voto direto de seus representados, seja no caso dos estudantes com a eleição para o grêmio, seja no caso de pais e professores com a eleição para a APP (Associação de Pais e Professores) ou ainda no que tange à administração da escola, que igualmente passa pelo crivo do voto. No entanto, o sufrágio, por si mesmo, não parece satisfazer àqueles que entendem o processo democrático como um processo mais amplo e que compreende em seu desenvolvimento questões como a distribuição de verbas e autonomia. "Para todas as funções dirigentes nós é que indicamos as pessoas, nesse sentido a gente tem poder de inter-

venção. No que diz respeito à relação com a universidade, há problemas. A gente vive pleiteando, tem projetos e, no entanto, a universidade não libera carga horária e impede a realização dos projetos. Concretamente a universidade não aprova estes projetos. Nós não temos uma contrapartida institucional. O CAP, neste sentido, é uma unidade marginal, já que alguns direitos a gente não tem. E se você for recuperar um pouco o sentido do que é democracia, que é a instituição de certos direitos, e no caso do CAP não é nem instituição, é a extensão de direitos, eu diria que a gente está longe de conquistar a democracia", afirma o professor Gondra.

À BASE DE HEROÍSMO

Os problemas pelos quais passa o CAP estão, para boa parte dos professores, vinculados à necessidade de redefinição do papel do Colégio de Aplicação na Uerj. "Existe um preconceito muito grande, no qual se sustenta aquela visão de aqui ser apenas uma escola de primeiro e segundo graus. Nós aqui recebemos estagiários não só da Uerj, mas de muitas outras universidades do Rio e somos responsáveis pela avaliação deles, que serão multiplicadores dentro do Estado das novas metodologias que são aqui desenvolvidas. Diante disto, a questão do reconhecimento do colégio como centro de pesquisa se torna fundamental. A universidade precisa redefinir o papel do Colégio "ênfatisa a ex-diretora do Colégio e professora de Língua Portuguesa, Maria Cristina Gurgel.

O corpo docente reclama, com não disfarçada indignação, pela alocação de carga horária para pesquisa, tarefa que alguns realizam sob os auspícios de condições tão precárias, que mais fazem lembrar o indigesto conceito do exercício da docência como sacerdócio. Este é o caso do projeto de pesquisa coordenado pela pedagoga Maria Tereza de Carvalho, professora cedida pelo Estado para desenvolver no CAP (primeiro segmento) um projeto de assistência, em horário integral, a crianças cujos pais não têm com quem deixar durante o intervalo entre o horário ordinário de aulas e sua saída do trabalho e/ou aquelas que vivem em bairros muito distantes do colégio. Este projeto - de caráter sócio-econômico patente - consegue existir sustentado à base do heroísmo de três professoras, a coordenadora do projeto, professora Maria Tereza, a pedagoga Marieta Francisgis, a bibliotecária Eny de Oliveira e duas estagiárias. Escandalize o fato de exceto a professora Maria Tereza, nenhuma dessas profissionais ter carga horária específica para atuar no projeto e o fazem por livre e espontânea vontade, adequando parte do horário de suas funções ordinárias. Ressalte-se que não se trata de um projeto de mero assistencialismo e sim de um projeto experimental, que visa observar e analisar o comportamento do horário integral, com-

prometido, portanto, com a seriedade acadêmica, além de sua óbvia importância social. E é um trabalho como este que, como relata sua coordenadora, tem "passado o pires para sobreviver". Maria Tereza, questionada sobre os recursos destinados ao projeto, responde: "Não contamos com nenhum, tudo é na base do pedir. Eu acho que, na medida em que a gente for comprovando que é possível melhorar a qualidade do ensino, a própria instituição vai bancar o projeto. Por enquanto, ele conta com duas salas e um pátio".

Casos há em que se conta com algo mais que duas salas e um pátio e que, não obstante, permanecem como sintoma - pela forma como são (des)incentivados - da esquizofrenia de uma instituição que ainda está muito aquém de uma elaboração e execução efetivas do que seja a convivência produtiva e necessária entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como relata a professora Maria Cristina Gurgel: "A minha pesquisa está sendo financiada pela Faperj e pelo CNPq. O reconhecimento da universidade é muito pequeno. Só para orientar os bolsistas, nós já precisaríamos de um tempo maior. Continuamos além da carga horária para cumprir essa parte da pesquisa que deveria estar a cargo da universidade."

No CAP, como em toda a Uerj, até 1986, havia professores de 40 horas trabalhando 36/37 horas em sala de aula e, embora afirme ser a situação atual menos alarmante, o professor Décio da Rocha não titubeia ao dizer que "com muito custo, com muita dificuldade, a gente vem tentando tornar viável a atividade de pesquisa. Algumas equipes conseguem chegar ao patamar de 20 a 24 horas em turma, o que ainda nos parece bastante pesado para um professor de quarenta horas." As dificuldades para firmar o CAP também como unidade de pesquisa começam dentro do próprio colégio, como afirma o professor Décio da Rocha: "tem um trabalho importante de fazer nosso colega professor perceber que ele não está aqui apenas como um mero reproduzidor, mas como produtor de conhecimento".

Além do ensino padrão para alunos de primeiro e segundo graus, da orientação e formação de novos professores e dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos dentro do colégio, o CAP está envolvido com um projeto de extensão em Natividade, onde são orientados professores de 59 escolas, de C.A. à 4ª série e três da 5ª série ao segundo grau, a maioria sem formação superior.

A falta de carga horária e contratação de novos professores ameaçam a continuidade dos projetos. Os professores do CAP são contratados como professores da universidade, em concurso idêntico ao da contratação nos demais centros. Essa ação, que é

apontada como responsável pela qualidade do quadro docente, acaba por dificultar a renovação desse quadro. "A burocracia para contratação de novos professores atropela o processo de integração da escola. O Colégio está trabalhando com professores contratados por tempo provisório. Ainda não foi aberto concurso para o preenchimento de vagas. O CAP deveria ter uma maior autonomia em relação à Uerj, também, no que diz respeito ao concurso para professores, isso com certeza melhoraria a qualidade do projeto pedagógico. A nossa atual supervisora, por exemplo, está tendo que dobrar o horário para desenvolver seus projetos", conta Mila Pereira, 24 anos, aluna do sétimo período da Faculdade de Pedagogia da Uerj e estagiária em supervisão e habilitação escolar no CAP. Para ela, não há uma relação integradora entre o co-



No projeto da pedagoga Maria Thereza, as crianças passam o dia no colégio.

légio, a Faculdade de Educação e a Uerj. "O Cap está em moda na imprensa, mas não há uma valorização dele dentro da Universidade. A maioria dos estagiários da faculdade não passam pelo CAP, preferindo empresas e escolas particulares." Essa distância pode ser medida pela contradição entre a filosofia de trabalho proposta pela Faculdade e a prática do colégio. "O Serviço de Orientação Pedagógica (SOP) funciona com três pessoas, sendo que duas delas não são formadas em Supervisão Escolar, e isso é uma questão séria. Porque se dentro do curso de pedagogia nós defendemos as especializações e dentro do Colégio de Aplicação da universidade encontramos pessoas atuantes que não são formadas, estamos diante de um quadro de esquizofrenias. O resultado do trabalho desenvolvido pelo SOP no Colégio de Aplicação é bom, porque são pessoas com anos de CAP, mas isso causa uma frustração na gente, que briga por esse espaço."

Reserva de Mercado

O Colégio de Aplicação da Uerj vive hoje um impasse, resultado irônico da combinação do seu padrão de excelência com a crise econômica que o país atravessa. "A classe média está passando por um momento difícil, e as escolas particulares estão muito caras. Todo mundo está recorrendo ao ensino público de qualidade, e é assim que o CAP está aparecendo na imprensa hoje. Mas não se divulgam as condições precárias em que o colégio está, salas com goteiras e rachaduras na parede", reclama Ana Paula, 18 anos, Vice-Diretora do Grêmio.

Nesse ano entraram na quinta série do primeiro grau 12 alunos a mais do total de 60 previstos no edital do concurso, que oferece metade das vagas para a comunidade interna (filhos de funcionários e professores) e a outra metade para a comunidade externa, com datas e provas diferenciadas para cada grupo, sendo igualado o conteúdo dos exames. Apoiados na premissa de que seus filhos obtiveram nota maior que candidatos aprovados no concurso feito para a comunidade interna, alguns responsáveis de alunos não classificados no concurso externo solicitaram liminar à justiça para matricular os seus filhos. "Atendemos à decisão do juiz, apesar de não termos condições de atender a essa demanda. Toda a parte pedagógica fica prejudicada. É impossível com trinta e nove, quarenta alunos manter a qualidade de ensino. Em assembléia, os professores resolveram que as turmas de quinta série seriam divididas. Os alunos de número ímpar teriam aula numa semana e os de par em outra. Precisamos de outra solução, mas no momento é só o que podemos fazer," afirma a diretora Anna Maria Senna. A questão trouxe uma polêmica para dentro do CAP, por onde estão em discussão desde o sistema atual de seleção de alunos, até a função do CAP dentro do sistema de ensino de primeiro e segundo graus do Rio de Janeiro.

Para o professor Décio da Rocha, "o CAP sofre hoje um problema de superpopulação e não se trata de construir uma sala bem maior para resolver a questão, se esse fosse o problema, alugaríamos o Maracanã. Trata-se, de uma vez por todas, de a universidade chegar a uma decisão final em relação a essa questão do concurso junto às entidades, Asduerj, Asuerj e Ashupe. É preciso que se sente à mesa para discutir essa questão junto à Consultoria Jurídica da Universidade, e decidir qual é o respaldo legal que

nós temos no que se refere a essa prática dos dois concursos, e nos instrumentalizarmos para a defesa do edital perante a comunidade externa. Não adianta a gente ficar dizendo que tem esses direitos garantidos, se a gente não tem instrumentos para mostrar isso para fora."

A discussão, segundo a professora Cristina Gurgel, passa pela autonomia da universidade e pelos objetivos do próprio Colégio de Aplicação: "Não é objetivo do CAP atender diretamente à comunidade externa, e sim indiretamente, através dos estagiários que multiplicariam a metodologia que se aplica aqui nos demais colégios da cidade. Então a questão é, a partir disso, decidir se a universidade tem autonomia para definir o número de vagas destinadas aos filhos de professores e funcionários."

A Associação de Pais e Professores (APP), que liderou o movimento em defesa do edital, se baseia "no fato de o colégio ter sido criado para atender os filhos de funcionários e professores da Uerj, que podem assim matricular seus filhos em um colégio próximo do local de trabalho, prática já existente em outras empresas no país," afirma a Vice-Presidente da APP, Maria Cardoso, para quem o argumento usado pelos responsáveis que solicitaram mandados à justiça de que os seus filhos obtiveram maior nota do que muitos dos classificados no concurso interno fere os objetivos do CAP de oferecer um bom colégio para filhos de funcionários, que de outra forma não poderiam frequentar um ensino de qualidade.

O modelo atual do concurso acusado de corporativista já havia sido objeto de discussão dentro do colégio, "nós apontamos uma outra proposta de concurso, que seria um só, com o mínimo de pontos para se considerar aprovado, e, a partir daí, nós sortearíamos as 60 vagas. Esta proposta foi reprovada. A reitoria, baseando-se no acordo sindical, aprovou o antigo modelo de concurso, e é esse que aí está. Eu discordo desse modelo de concurso, mas na medida em que os pais assinam esse edital é isso que tem que valer. É no mínimo anti-ético você assinar um documento e, daqui há dois meses, ir à justiça dizer que discorda daquilo que assinou. Eu acho que hoje a gente tem que defender o edital, que foi aquilo que todos assinaram, no próximo ano eu vou continuar a defender a outra forma de concurso proposta e a gente vê no que dá." Afirma o professor do 1º seguimento do colégio, José Gondra.

Orientando o carnaval

Desde as propostas elaboradas pela Assembléia Estatuinte - Uerj durante o ano de 1991, passando por Mário de Andrade e sua crítica lisérgica ao mecenato brasileiro, reivindicadora de um ainda mal compreendido "princípio de utilidade", retorna-se ao terreno árido de alguns questionamentos ainda não resolvidos: qual é o papel a ser desempenhado pela cultura - e suas formas expressivas - nas sociedades pós-industriais? Daí, reencaminhando a reflexão em direção ao que nos interessou lançar foco, perguntamos: no boom dos centros culturais, o que caracterizaria um centro cultural universitário? Em que direção apontaria?

Falemos, então, de uma política cultural universitária. Para isso, ADVIR convidou o diretor do Departamento cultural da Uerj, professor André Lázaro; a chefe do Departamento de Ciências Sociais e curadora da mostra Carlos Drummond de Andrade do Centro Cultural Banco do Brasil, professora Helena Bomeny e o filósofo Cláudio Ulpiano.

Helena Bomeny

INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE/SOCIEDADE

Os nossos projetos de criação de cidades universitárias foram muito duros. Inclusive o do Capanema, que acabou fazendo aquela extensão imensa que é a Ilha do Fundão, termina sendo uma ilha mesmo, os alunos ficam ilhados do mundo urbano como de toda segurança que esse mundo puder oferecer. O ano em que passei em Berkeley, na Califórnia, foi o ano em que eu vi os melhores shows e os melhores filmes. E eu podia vê-los na universidade. Pagava-se muito menos em relação a um teatro comum, com uma vantagem: esses artistas atraem um público tão grande que o teatro comum não comporta.

Era o espaço cultural da universidade servindo à comunidade. É isso que eu entendo como integração cultural da universidade com a cidade onde ela está abrigada.

André Lázaro

ESPECIFICIDADES DE UM CENTRO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

Você tem todo um campo novo, no Brasil pelo menos. A abertura de centros culturais, prática relativamente recente nessa ênfase da questão cultural: Banco do Brasil, a Casa França-Brasil, para falar dos mais óbvios. Então, é um desafio muito interessante criar-se numa universidade um Centro Cultural. A universidade tem uma coisa que nenhum outro centro tem, que é a sua população. E eu acho que este é o nosso maior patrimônio. São os nossos alunos, professores e funcionários, que, na Uerj, totalizam vinte mil pessoas num processo permanente de avaliação e reavaliação. E isto significa que, aqui, há uma efervescência que, quando encontrar a sua forma expressiva, o seu rosto, quando começar a fazer uma intervenção mais material na cultura do Rio de Janeiro, seguramente vai mudar a qualidade de sua atividade cultural.

Cláudio Ulpiano

UNIVERSIDADE E CULTURA

Eu acho que a relação da universidade com a cultura deve dar-se de duas maneiras: por um lado, a universidade como produtora de cultura sim. Mas, por outro lado, não podemos nos esquecer de que grandes produções artísticas não estarão dentro da universidade. E um exemplo desse tipo, que seria cruzar os modos de produzir cultura da universidade e os modos de produção artística que não vêm da universidade, fazendo a conciliação destas duas produções, é algo excelente, já que daria meios extremos, não somente do pessoal da Mangueira conhecer as práticas da universidade mas da universidade conhecer as criações de arte que vêm de outros lugares.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Eu não saberia dizer exatamente que papel a universidade

PRECONCEITOS INTELECTUAIS

Os nossos espaços culturais ainda não estão tomados. E eu acho que ainda não foram tomados por causa de muitos preconceitos que nós tivemos sempre. É muito difícil para nós, que temos uma afinidade intelectual forte com a esquerda, combinar a idéia de comércio e de empresariado com a nossa atividade. Nós temos essa distorção no Brasil de acharmos que a coisa pública não é nossa, e se estiver à nossa disposição é para quebrar, para acabar. Como o Estado nos protege muito pouco, a sensação que nós temos é a de que, quebrando ou não pagando por serviços, desorganizando o que é público, estamos nos vingando do Estado. Há um preconceito pelo qual todos nós somos responsáveis. Nós professores porque educamos mal. Os alunos porque ainda não estão percebendo a perda que têm com isso. Daí eu imaginar que um projeto cultural universitário seja um projeto para criar bem-estar para quem vive na universidade. Por que uma universidade desse tamanho tem que entregar a concessão das cantinas a uma só pessoa e nós termos que consumir porcaria do primeiro ao último andar? Quem perde com isso? Somos nós que ficamos aqui o dia inteiro e não sabemos onde vamos comer.

É uma política de princípio que nós temos e o fundamento dela é muito digno, muito ético. No entanto, esse princípio se volta contra nós de forma muito dramática, é o que eu acho. Por exemplo, dois candidatos ao curso de sociologia urbana foram assaltados, dois dias seguidos, no percurso de cem metros entre o metrô e o campus. Isso é uma tragédia! Quero dizer que qualquer projeto cultural desta universidade que não seja capaz de oferecer segurança a cem metros significa jogar dinheiro fora. O que é uma universidade que não cuida da maneira como os alunos entram nela? Por isso eu acho que um

Temos, desde o ponto de vista interno, quer de professores, quer de funcionários, quer de alunos, uma grande demanda de atividades culturais. E do ponto de vista do contexto em que estamos situados, a cultura, de fato, muda de qualidade.

No Rio de Janeiro a coisa é complexa, porque o Rio, ao mesmo tempo em que é uma sociedade avançada em vários aspectos, guarda elementos tradicionais e populares em plena efervescência, em plena atividade. E seguramente essa combinação do cosmopolita e do local, essa combinação do moderno e do popular e tradicional tende a conferir às atividades do nosso Estação Maracanã um perfil absolutamente único.

CONSELHO CULTURAL E AUTONOMIA

Temos conversado com empresas que patrocinam atividades culturais e a idéia de um Conselho Cultural tem sido bem recebida. É claro que será um conselho consultivo. O poder deliberativo, obviamente, não vai sair da universidade, isso é inegável. Porém, a universidade não quer se fechar em si mesma. Ela se entende como uma parte da sociedade e por isso ela deve dialogar da maneira mais ampla possível. Estou muito esperançoso de que o Departamento Cultural possa colaborar com o projeto de maior participação da universidade na vida da cidade, do Estado e, ao mesmo tempo, estimular uma presença maior dos interesses da sociedade dentro da universidade e do projeto cultural.

ARTICULAÇÃO ACADÊMICA

Estou pensando o Departamento Cultural como um lugar de trânsito, tanto das atividades de fora da Uerj para dentro, como de dentro para dentro e de dentro para fora.

deveria desempenhar, mas a arte, a cultura, na minha maneira de interpretar essas duas produções do sujeito humano, elas pressupõem estímulos permanentes. Então, a presença da universidade nesse evento, no mínimo, teria o grande valor de estimular produções artísticas.

AGENCIAMENTO CULTURAL

A produção da cultura e a produção da arte pressupõem o agenciamento, a composição. A universidade, ao abrir-se, receberá essas produções, numa espécie de simbiose. Não há um "a priori", a universidade não tem que saber antecipadamente exatamente aquilo que ela vai fazer. É nesse agenciamento que as coisas irão formando-se, crescendo, e as interpretações críticas, os estímulos que a universidade pode dar ela irá descobrindo no processo. É a criação do processo que eu vejo como item principal. Eu acho que essa abertura é que é o grande movimento que se deve ter. Agora, dizer como isso vai processar-se é antecipar. Seria como se a gente pudesse antecipar o futuro.

Claudio Ulpiano é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Uerj. Mestre em Filosofia pela UFRJ. Doutorando em Filosofia na UNICAMP.

➔ segue

projeto cultural para a universidade é, primeiro, um projeto de segurança e, segundo, de quebra de preconceitos em relação à mistura de iniciativa privada com iniciativa pública. Não temos um ponto de encontro. Uma universidade desse tamanho e você não tem uma farmácia, você não tem um supermercado aqui dentro! Quantas mil pessoas circulam aqui? Isso acontece porque a universidade não é capaz de criar ou abrir espaço para a iniciativa privada. Se nós tivéssemos uma zona mais habitada, culturalmente mais habitada, aumentaríamos o prazer das pessoas estarem aqui e fortaleceríamos os laços que essa comunidade pode fortalecer, além dos laços fundamentais, que são os acadêmicos e os profissionais.

CULTURA E MERCADO

Acho que uma coisa é a universidade ser um espaço de crítica a processos de mediocrização do pensamento, outra é por não querermos chegar à alienação completa da cultura de massa optarmos pelo pior. O que faz a cultura de massa ter um efeito avassalador é o fato de eu não ter proteção contra ela. O que garantirá a universidade como espaço de crítica será a atenção que ela der às bibliotecas, à seriedade dos professores, ao comprometimento com a pesquisa. Se, por exemplo, a informação que a Brahma me der for a única, a universidade falhou. E não terá sido por causa da Brahma. Terá sido porque a universidade não soube o que fazer com os seus cursos, com os seus alunos. O bem-estar não quer dizer necessariamente estar sucumbido a projetos alienadores, reacionários.

PLURIDIMENSIONALIDADE CULTURAL

Eu morreria de medo se eu estivesse em uma universidade que tivesse assinado um termo de compromisso com uma única dimensão da cultura, ainda que esta fosse a minha favorita. Uma

A articulação das unidades acadêmicas em um projeto de atividade cultural tem encontrado uma receptividade muito positiva. Eu percebo que há todo um caminho ainda a ser desenvolvido, no sentido de que o departamento cultural possa constituir-se em um pólo agregador de iniciativas por parte das unidades.

DIRIGISMO

Nosso propósito é de que a universidade tenha uma participação mais ativa na vida cultural do Estado. Porém, essa participação não pode ser, por um lado, um dirigismo cultural nem fazer da universidade um lugar de proselitismo cultural.

CRÍTICA

Um problema fundamental que está posto para quem trabalha na área cultural é exatamente procurar apagar uma distinção que me parece muito presente e equivocada, que separa a cultura de um conjunto muito amplo de práticas. Para mim, seria uma crítica efetiva que a universidade estaria fazendo àqueles que supõem que a cultura é um modo elegante de falar lazer. Ela também pode ser um modo de falar cotidiano, vida.

O PÚBLICO E O PRIVADO

Há dois modos equivocados de tratar a questão da cultura: o que a considera como puro mercantilismo e o que defende a eterna gratuitidade da atividade cultural. Então, a cultura se torna uma ilha socialista num mar capitalista. Eu acho isso meio discutível, pois você acaba tendo uma atitude paternalista em relação à atividade cultural. O equilíbrio entre estes dois enganos é preciso procurar a cada

FRAGMENTOS DE UM DISCURSO SOBRE A CULTURA

"Acredito que, se procurarmos desvendar os mecanismos de produção da incompetência social, teremos alguma possibilidade de desfazer internamente o discurso da competência. Não se trata, evidentemente, de confundir a impenetrabilidade imediata do saber, que é real, com um saber transparente de imediato comunicável a todos, pois essa imagem de plena comunicação e de absoluta transparência dos produtos da cultura é o que permite sua banalização pelos meios de comunicação de massa. Trata-se de contestar o uso privado da cultura, sua condição de privilégio "natural" dos bem-dotados, a dissimulação da divisão social do trabalho sob a imagem da diferença de talentos e de inteligências".

MARILENA CHAUI

"É a música que faziam os padres da universidade de Paris que abre as portas a toda essa técnica revolucionária do inacabado, porque naquele tempo, e em quase todos os tempos, as universidades sempre foram fontes de revolucionaridade do espírito. Só agora é que ter espírito universitário significa ser bem-pensante e conformista.

MÁRIO DE ANDRADE

cont. Helena Bomeny

para combinar atividades muito refinadas àquelas que ainda estão em processo de emergência.

CENTRO CULTURAL UNIVERSITÁRIO: ESPECIFICIDADES

É claro que, se a nossa iniciativa for séria, nós seremos um ponto a mais a aumentar para esta cidade que não cabe no Centro Cultural BB, que não cabe na Casa França-Brasil, que não cabe na Fundação Progresso. Nós precisamos de mais cinco, seis, quinze espaços. Então eu não sei porque a universidade não se estimular a entregar à comunidade do Rio de Janeiro um projeto desse gênero, por seu tamanho e localização.

MENTIRA

É mentira essa história de dizer que não se investe em cultura no Brasil porque o povo não liga para a cultura e que, por isso, qualquer coisa serve. Não é qualquer coisa que serve não. Quanto melhor a coisa for feita mais respeito terá.

Helena Boumeny é Chefe do Departamento de Ciências Sociais da Uerj. Doutora em Ciências Sociais pelo IUPERJ. Pesquisadora pelo CEDOG-FGV.

cont. André Lázaro

VERBAS/LEI ROUANET

Ainda estamos criando instrumentos para este trabalho de captação de verbas. Não é uma coisa fácil, porque a chamada Lei Rouanet, que nós estamos agora estudando, parece ser menos generosa do que se imaginava.

A INDÚSTRIA CULTURAL

Mesmo nos anos sessenta, a indústria cultural não tinha, no Brasil, o peso que ela veio a ter nos anos seguintes. Isso mudou o perfil, mudou o lugar dos interlocutores da produção cultural. A indústria cultural monopoliza, ela produz o desejo da unidade. E eu acho que isso é o mais terrível na cultura. Acho que hoje cabe, em primeiro lugar, recuperar a pluralidade de vozes. Não se trata de querer acabar com a indústria cultural. Trata-se de querer constituir outros pólos de locução, de fala, de produzir diferença. O problema da indústria cultural é que ela tende a monopolizar o ponto de vista.

André Lázaro Mestre em comunicação pela UFRJ. Doutorado pela Escola de Comunicação da UFRJ. Professor do Departamento de Teoria da Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Uerj. Diretor do Departamento Cultural da Uerj.



LIVRARIA INTERCIENCIA LTDA.

- **LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS**
- **ASSINATURA DE REVISTA**
- **IMPORTAÇÃO**
- **ACEITAMOS QUALQUER CARTÃO DE CRÉDITO**
- **CREDIÁRIO EM 3 VEZES SEM JUROS**

Avenida Presidente Vargas, 435 - 18º andar - Rio de Janeiro - RJ - Tels.: 221-0993 / 6850

Corporativismo psiquiátrico versus Lei Antimanicomial

O projeto de lei nº 8, de 1991, com tramitação na Câmara Federal, que "dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória..." parece ter destampado um caldeirão que mantinha aprisionada e excluída a loucura da convivência e da reflexão cotidiana. Se a resistência à sua aprovação tem sido grande, por outro lado ela tem contribuído para um debate nacional. Mas há um grupo que não está disposto a debater, quer apenas retirar de circulação qualquer proposta de mudança na assistência psiquiátrica.

Se há uma luta dos profissionais de saúde mental em prol da transformação de um modelo assistencial que, juntamente com organizações de trabalhadores e parcelas da sociedade mais avançadas, vêm propondo e concretamente realizando várias mudanças nas instituições psiquiátricas públicas: humanização do ambiente institucional, criação de várias modalidades alternativas ao asilamento, tais como serviços de atendimento, assistência ambulatorial, atenção à saúde mental em postos de saúde e hospitais gerais, demo-

cratização das decisões, melhoria dos recursos humanos, etc.; por outro lado, o corporativismo psiquiátrico vem acirrando-se com toda força.

Recentemente, em evento promovido por alunos do Instituto de Psicologia e a SR-3/Uerj, tivemos a oportunidade de observar uma demonstração do "lobby" da Federação dos Donos de Hospitais Psiquiátricos, quando um de seus representantes à mesa trouxe um grupo de uma associação de pais por eles organizada, aproveitando o sofrimento e as questões complexas que envolvem a família do doente mental, eles estão fazendo um verdadeiro terrorismo. Ameaçam os familiares - em geral oriundos da classe pobre -, apontando a possibilidade de seus filhos, ao ganharem as ruas, virem a ser vítimas potenciais dos grupos de extermínio de doentes mentais, caso a lei seja aprovada.

O corporativismo tem seu modo de agir baseado na reação a qualquer mudança nas regras do jogo, isto é, mudança das leis e práticas. A sociedade que ele defende é aquela das alianças de castas. O suporte econômico do corporativismo vem de uma organização econômica tipo extrativista. No caso da psiquiatria, sustenta-se na rede

de empresas privadas que se alimentam do dinheiro público.

É desta forma - através de "lobbies" acirrados, chantagens, terrorismo - que o corporativismo psiquiátrico reage a uma lei que nada mais é que a tentativa de dar sustentação jurídica a uma proposta de atendimento psiquiátrico mais justa, mais humana, mais democrática, defendendo a recuperação do doente mental como cidadão junto à sociedade, à família, ao trabalho, isto é, à vida. Defender o doente mental da mortificação lenta e gradual, do asilamento, da exclusão, da despersonalização é tarefa de todos.

A exclusão humana não produz só vazios na sociedade, produz também "buracos" em nossas mentes, tornando-nos incapazes para lidar com o diferente, fechados à convivência, à possibilidade de ouvir, de nos comunicarmos com o diferente.

Ademir Pacelli é professor de Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Uerj e Supervisor de Psiquiatria do Hupe-Uerj. Mestre em Psicologia pela UFRJ e Doutorando em Psicologia na PUC-RJ.

Cá entre nós

Cá entre nós, como dizia o "velho palhaço", quem não se comunica se trumbica. A gente já pôs a "boca no mundo" e o "pé na estrada" do diálogo. E mesmo sem

um ombudsman de plantão - ou qualquer um desses espécimes raros criados pela conscienciosidade jornalística - Advir pretende ser objeto de responsabilidade pública. Sinfonia. Espaço de leitura plural. Pluriverbal. Breviário onde se conjuguem todos os verbos da liberdade. E a liberdade, como disse o nosso bom e velho Mário de

Andrade, não é um prêmio, mas uma sanção, que há de vir!

P.S. As cartas devem ser enviadas para Advir - Asduerj à Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, Bloco F, Sala 1092. Maracanã, Rio de Janeiro - RJ.

Bierklause

*A cervejaria
alemã
nº 1
do Brasil*



*Música ao Vivo
para ouvir e
dançar a partir
das 17 hs.*

Av. Rio Branco, 277 - s/solo, Centro
Tels: 220 1298 e 240 1446, Rio de Janeiro

NEWTON ASSINATURAS

PROMOÇÃO DE REVISTAS DAS EDITORAS:

- GLOBO;
- BLOCH;
- VEJA;
- EXAME;
- MANCHETE;
- SUPER INTERESSANTE, ETC.
- ABRIL;
- 3º MUNDO;
- ISTO É;
- SPEAK UP;
- GLOBO CIÊNCIA;

PAGAMENTOS EM CARTÃO DE CRÉDITO OU CHEQUE

STAND UERJ — Entrada Principal

São Francisco Xavier, 524 — Telefone: 571.8937

ADVIR
ASQUERU

EM PERSPECTIVA. O REGIME DE TRABALHO DOCENTE

O REGIME DE TRABALHO DOCENTE
 É REGULADO POR LEI Nº 11.324/2006
 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE
 ESTABELECEM AS CONDIÇÕES
 DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO,
 PROGRESSÃO E APOSENTADORIA
 DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
 BÁSICA DO BRASIL.

EM CUMPLIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES
 DA LEI Nº 11.324/2006, O
 CONSELHO NACIONAL DE
 EDUCAÇÃO (CNE) E O
 CONSELHO NACIONAL DE
 EDUCAÇÃO BÁSICA (CNEB)

ELABORADO POR
 A ASSOCIACÃO NACIONAL
 DE PROFESSORES DE
 EDUCAÇÃO BÁSICA (ANPEB)

ASSOCIACÃO
 NACIONAL DE
 PROFESSORES
 DE EDUCAÇÃO
 BÁSICA (ANPEB)

ADVIR

ASDQERJ



ADVIR É UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASDQERJ ANO I - Nº ZERO - AGOSTO DE 1992. A ILUSTRAÇÃO DE CAPA, FEITA ESPECIALMENTE PARA ESTA EDIÇÃO AUTORIA DE PEDRO SIQUEIRA, É A EXPRESSÃO PLÁSTICA DA INTENÇÃO QUE NOS IDENTIFICA NO DESEJO PELO DESEQUILÍBRIO, NA CONVIVÊNCIA COM O DIFERENTE, NO DIÁLOGO COM O OUTRO.

ENCARTE

REGIME DE TRABALHO DOCENTE

documento

DOCUMENTO

O objetivo da presente seção desta revista é publicar, analisar ou comparar documentos de interesse direto do professor desta Universidade. Legislações, Resoluções importantes, manifestos públicos, declaração da imprensa referentes à UERJ ou a outras instituições de Ensino Superior constituirão as matérias deste e de outros números da Revista Advir. Optamos por começar com a carreira docente que, pela recenticidade de seu estabelecimento na UERJ (fevereiro de 1991), ainda não é de pleno conhecimento dos diretamente interessados, estando inclusive por ser implantada em sua totalidade.

Procuramos organizar um quadro comparativo com uma outra grande Universidade Estadulas - a USP, com as Universidades Federais e com uma grande universidade privada - a UGF, tomando por base os principais aspectos da carreira docente. Todos os documentos consultados (resolução nº 01/91 da UERJ, Estatuto da USP, Decreto nº 94.664 de 23/07/67 sobre Universidades Federais e o Estatuto da UGF) encontram-se à disposição com a equipe da revista. Limitamo-nos a estabelecer comparações, ficando as análises, aplausos e discordâncias por conta do leitor.

	UERJ	USP	UN. FEDERAIS	UGF
TIPO DE CARREIRA	Única 1ª, 2ª e 3ª graus	A carreira docente é exclusiva do 3º grau	Magistério superior Magistério 1ª e 2ª graus	A carreira docente é exclusiva do 3º grau
CATEGORIAS DA CARREIRA DOCENTE	Professor Auxiliar Professor Assistente Professor Adjunto Professor Titular	Professor doutor (cargo) Professor associado (função) Professor titular (cargo)	Magistério superior Professor Auxiliar (com 4 níveis) Professor Assistente (com 4 níveis) Professor Adjunto (com 4 níveis) Professor Titular Magistério de 1ª e 2ª graus Classes A, B, C, D e F (com 4 níveis cada uma) Professor Titular	Professor Auxiliar Professor Assistente Professor Adjunto Professor Titular
ATIVIDADES DOCENTES	Ensino, orientação acadêmica e preparação/planejamento de atividades (40 a 60% das horas consagradas à docência). Geração de conhecimentos - pesquisa, publicações, participação em conselhos editoriais, apresentação de trabalhos científicos ou culturais, traduções. Extensão - vinculada ao ensino e à pesquisa Administração.	Princípio - integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.	Pesquisa, ensino e extensão indissociáveis. Exercício de direção, assessoramento, chefia e assistência.	Aos professores incumbe o ensino, a pesquisa, a apresentação do programa da disciplina, o comparecimento às reuniões e solenidades da UGF, o exercício de ação disciplinar em sua área de competência e a função de orientação dos alunos.
DIREITO DE EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DOCENTES	Membros da carreira docente Professores visitantes Professores auxiliares a título precário	Membros da carreira docente Auxiliar de ensino (diploma de curso superior) e vinculação a programa de pós-graduação Assistente (título de Mestre)	Membros da carreira docente (magistério superior e magistério de 1ª e 2ª graus) Professores Visitantes Professores Substitutos	Membros do corpo docente Professores visitantes Professores Conferencistas

	UERJ	USP	UN. FEDERAIS	UGF
PROMOÇÃO	Para Professor Titular - concurso público de títulos e provas. Para Professor Assistente e Adjunto - por titulação de pós-graduação (Mestre e Doutor) ou aprovação e classificação em exame de suficiência.	Para Professor Associado - por titulação de Livre-Docente. Para Professor Titular - por concurso público.	Por titulação ou desempenho acadêmico após o interstício de dois anos no nível respectivo ou quatro anos de atividade em órgão público. Para Professor Titular - por concurso público.	Através de pontuação (CD - créditos docentes) onde são contabilizados: a) títulos (mestrado - 2 a 4 CD, doutorado 6 a 7 CD, titular de outra Universidade Brasileira 8 CD, cursos de aperfeiçoamento ou especialização - 1 CD); b) experiência acadêmica ou profissional (0,5 CD por ano); c) mérito (até 6 CD) e d) outros critérios aprovados pelo Conselho de Ensino e Pesquisa Para Professor Assistente - 6 CD Para Professor Adjunto - 12 CD Para Professor Titular - 24 CD
AValiação DO TRABALHO DOCENTE	Incluída no sistema de avaliação institucional São instrumentos do Sistema de Avaliação do Rendimento das Atividades Docentes: a) Cons. Universitário e CSEP. b) Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente (COPAD). c) Conselhos Departamentais. d) Departamentos.	Não especificada no documento consultado.	Não especificada no documento consultado.	Não especificada no documento consultado.
REGIME DE TRABALHO	a) Tempo parcial - 20	a) Dedicção integral	a) Dedicção exclusiva.	Horistas.

		Professor Colaborador Professores Visitantes		
DIREITOS DOS PROFESSORES	Licença prêmio de 3 meses a cada 5 anos de efetivo exercício. Triênios no valor de 5% do salário total, sendo o 1º triênio de 10%. Acesso gratuito aos serviços assistenciais prestados pela Universidade. Matrícula dos dependentes no CAP, no limite das vagas estipuladas. Férias anuais de 45 dias. Acesso aos programas de capacitação docente com afastamento de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens Semestre sabático.	Não especificados no documento consultado.	Quinquênio no valor de 5% do vencimento, até o máximo de 35%, a partir do ingresso no Serviço Público Federal. Licença especial de seis meses a cada dez anos de efetivo exercício no Serviço Público Federal. Férias anuais de 45 dias. Acesso aos programas de capacitação docente com afastamento de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens. Licença sabática, após 7 anos de efetivo exercício, se em regime de 40 horas ou dedicação exclusiva há 2 anos e se pertencer às seguintes classes: professores Titulares, Adjuntos, Assistentes, classes D e E.	Todo o pessoal docente é regido pela legislação do trabalho
INGRESSO NA CARREIRA	Por concurso público exigindo-se: Para Professor Auxiliar - diploma de graduação Para Professor Assistente - Título de Mestre e comprovação da escolaridade anterior Para Professor Adjunto e Titular - Título de Doutor ou de Livre-Docente e comprovação da escolaridade anterior.	Para Professor Doutor - ingresso por concurso público exigindo-se o título de Doutor. Para Professor Titular - ingresso por concurso público exigindo-se o título de Livre-Docente (outorgado ou reconhecido pela USP) ou de especialista de reconhecido valor ou mediante transferência de outra Instituição de Ensino Superior.	Magistério Superior Por concurso público exigindo-se: Para Professor Auxiliar - diploma de graduação. Para Professor Assistente - grau de Mestre de excepcionalidade reconhecida pelo Conselho Superior. Para Professor Adjunto - título de Doutor ou de Livre-Docente ou excepcionalidade reconhecida pelo conselho superior. Para Professor Titular - título de Doutor ou de Livre-Docente ou pessoas de notório saber. Magistério de 1º e 2º graus Por concurso público exigindo-se: Para classe A - habilitação específica de 2º grau. Para classe B - habilitação específica em licenciatura de 1º grau. Para classe C - habilitação, específica em licenciatura plena ou excepcionalidade reconhecida pelo conselho superior Para classe D - curso de especialização. Para classe E - grau de Mestre. Para Titular - título de Doutor ou de Livre-Docente ou pessoas de Notório Saber	Recrutamento entre pessoas de valor científico, competência técnica, seriedade profissional e integridade de costumes, exigindo-se no mínimo um título universitário, por indicação do Departamento, ou da Reitoria.

	b) Tempo integral - 40 horas semanais. c) Dedicção exclusiva.	preferencial. b) Turno completo. c) Turno parcial.	horas semanais. c) Tempo integral - 40 horas semanais (excepcionalmente se aprovado pelo colegiado superior)	
TABELAS SALARIAIS	Professor Auxiliar - 51% do salário de professor titular. Professor Assistente - 64% do salário de professor titular. Professor Adjunto - 80% do salário de professor Titular. Dedicação exclusiva - gratificação mensal de 70% dos vencimentos devidos ao ocupante da mesma classe, em regime de 40 horas.	Não especificadas no documento consultado.	Varição de 4% de nível para nível. Entre o nível final de uma classe e o inicial da classe seguinte haverá acréscimo de: a) 10%, se de Magistério Superior. b) 6%, da classe A para B, da B para C e da C para D; e de 10%, da D para a E, se de Magistério de 1º e 2º graus. c) 25% para classe de Professor Titular do Magistério Superior. d) 20% para classe de Professor Titular do Magistério de 1º e 2º graus. Gratificação de produtividade de ensino - 20% do salário básico, caso o professor ministre um mínimo de aulas estipuladas. Gratificação por titulação: 25% para os detentores de título de Doutor ou de Livre-Docente; 15% para os detentores de grau de Mestre. Gratificação por titulação para o Magistério de 1º e 2º graus: 15% para os detentores de grau de Mestre; 10% para os detentores de curso de Especialização; de 5% para os detentores de curso de Aperfeiçoamento. Gratificação para o regime de dedicação exclusiva: 40% do salário básico para o ensino superior e 25% para o docente de 1º e 2º graus.	Não especificadas no documento consultado.

Este quadro foi elaborado pela professora Deise Mancebo do Instituto de Psicologia da Uerj. Doutoranda em Filosofia e História da Educação na PUC/SP.